



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

BRUNA THAÍS DA SILVA ARAÚJO

**O CAMINHO PARA A REUNIFICAÇÃO DA PENÍNSULA COREANA: A
TRAJETÓRIA DAS RELAÇÕES INTERCOREANAS
(1948-2018)**

**Macapá/AP
2021**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

BRUNA THAÍS DA SILVA ARAÚJO

**O CAMINHO PARA A REUNIFICAÇÃO DA PENÍNSULA COREANA: A
TRAJETÓRIA DAS RELAÇÕES INTERCOREANAS (1948-2018)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal do Amapá como
pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel em
Relações Internacionais, sob orientação do Prof.º
MSc. Richard Peixoto Paz.

Macapá/AP

2021

BRUNA THAÍS DA SILVA ARAÚJO

**O CAMINHO PARA A REUNIFICAÇÃO DA PENÍNSULA COREANA: A TRAJETÓRIA
DAS RELAÇÕES INTERCOREANAS (1948-2018)**

Trabalho de conclusão de curso apresentada à Universidade Federal do Amapá como exigência parcial à obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Macapá - AP, _____ de _____ de 2021

BANCA EXAMINADORA

Richard Peixoto Paz, Msc.
(Orientador – Universidade Federal do Amapá)

Paulo Gustavo Pellegrino Côrrea, Dr.
(Universidade Federal do Amapá)

Diego Pautasso, Dr.
(Colégio Militar de Porto Alegre)

Às minhas avós, Graça e Aldacy.

AGRADECIMENTOS

Obrigada Deus, por permitir que eu concluísse mais esta etapa da minha trajetória.

Agradeço às minhas avós, dona Graça e dona Aldacy por todo suporte emocional e financeiro e, principalmente pelas orações e ensinamentos desde que eu era pequena, aos meus pais e irmãos, obrigada pelo suporte direto e indireto, pelo apoio incondicional nessa jornada, agradeço a toda a família, por sempre confiar no meu potencial e por sempre estarem presentes nos momentos de necessidade e contribuírem com a minha conquista.

Gostaria de agradecer também aos professores Brenda Farias, Miguel Dhenin, Paula Bastone e, especialmente, ao Richard Paz, meu orientador, por acreditarem em mim e me apoiarem ao longo do processo em que construí este trabalho, obrigada por sempre terem respeitado meus limites e capacidades enquanto pesquisadora e por terem contribuído com a minha pesquisa nos últimos três anos, e a todos os professores que ajudaram no meu crescimento acadêmico.

Aos meus amigos mais próximos e colegas de curso que tornaram a experiência acadêmica mais suportável, em especial ao Rafael Ramos que incentivou desde o início e me ajudou com a escolha deste curso em que me encontrei como pessoa e profissional, à Esther Lameira, por ter trabalhado junto comigo quando iniciei esta pesquisa, à Gabriele Negreiros, Sabrina Penha, Monceli Dias, Eduardo Pantoja, Isabela Moreno, Biatriz Araújo, Sâmea Emanuelle, Guilherme Ferreira e Melissa Figueiredo toda a rede de apoio que construímos uns aos outros foi fundamental para que eu chegasse até aqui, eu agradeço de coração pelos conselhos, conversas e momentos de diversão quando eu mais precisei ao longo destes quatro anos.

Agradeço também ao Sr. e Sra. Yoon por serem o primeiro contato com o meu objeto de pesquisa, e por incentivarem meus estudos sobre a Coreia, o resultado deste trabalho vem do meu esforço e do respeito incondicional pelo povo coreano.

Eu agradeço a todos que contribuíram direta e indiretamente para que a minha graduação fosse possível, esta é uma conquista coletiva, sem o apoio de vocês eu não conseguiria fazer isso.

*“Sem paz na Península Coreana, não há paz no nordeste da Ásia.
E, se não há paz no nordeste da Ásia, a paz do mundo está quebrada.”*

Kim Chan-woo

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a trajetória de negociações entre as Coreias e entender os fatores determinantes do conflito existente em torno da reunificação política na Península Coreana. Nesse sentido, este trabalho de pesquisa se propõe a investigar, através de uma abordagem abrangente dos Estudos de Segurança, as causas do confronto na Península Coreana, bem como, os seus efeitos nas dinâmicas de segurança regional e global, demonstrar o processo de negociações intercoreanas em uma abordagem histórica, no período dos últimos 70 anos e determinar a partir desta investigação os principais entraves para a construção de um regime de paz permanente e efetivo no nordeste asiático, cujo objetivo principal é o fim do armistício da Guerra da Coreia de 1953. A análise fundamentada nos autores e teorias apreciadas mostrou que até o presente momento, não é possível definir com certeza o futuro da Península Coreana, porém, o que se pode inferir do processo de pesquisa é que as mudanças recorrentes no cenário internacional contribuem para a dessecuritização das pautas negociadas entre os dois Estados, e em oportunidades recentes, foi possibilitada a reabertura dos canais de diálogo e maiores chances de cooperação intercoreanas, o que pode vir a facilitar no futuro a institucionalização de políticas de reunificação da Península.

Palavras-chave: Península Coreana; Negociações Intercoreanas; Reunificação; Segurança Internacional; Escola de Copenhague.

ABSTRACT

This research work aims to show the path of negotiations between the two Koreas and to understand the main reasons of the conflict behind the political unification of the Korean Peninsula. To achieve that, this work uses the comprehensive perspective of International Security Studies proposed by the Copenhagen School to investigate the main causes of conflict in the Korean Peninsula and its effects on the global and regional dynamics of relationship in the international stage, as well as to demonstrate in detail the inter-Korean negotiations in the last 70 years and the origins of the ideological, political and economical barriers to build an effective and lasting peace regime in Northeast Asia, as its main goal is to eradicate the current armistice and put an end to the 1953 Korean War. The present analysis proves that, to this day, it's impossible to precise the future of the Korean Peninsula, however, the recurrent changes in the Cold War patterns of relationship between the two Koreas is very promising due to the desecuritization process, as it facilitates the cooperation and dialogue to resolve conflicts pacifically and it can be a way to negotiate more fruitful possibilities to the Korean political unification in the near future.

Keywords: Korean Peninsula; Inter-Korean Negotiations; Reunification; International Security; Copenhagen School.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. A PENÍNSULA COREANA NAS RELAÇÕES DE GEOPOLÍTICA E SEGURANÇA INTERNACIONAL	14
2.1. A ESCOLA DE COPENHAGUE E A TEORIA DA SECURITIZAÇÃO	14
2.2. O COMPLEXO REGIONAL DE SEGURANÇA DO NORDESTE ASIÁTICO	18
2.3. AS CONFIGURAÇÕES GEOPOLÍTICAS DA PENÍNSULA COREANA NA ÁSIA	21
Quadro 1 – Quadro de Conceitos-Chave	24
Mapa 1 – Complexo Regional da Ásia na Guerra Fria	25
Mapa 2 – Complexo Regional da Ásia no pós-Guerra Fria	26
Mapa 3 – Mapa Político da Península Coreana pós-1945.....	27
3. A TRAJETÓRIA DAS RELAÇÕES INTERCOREANAS EM PERSPECTIVA HISTÓRICA.....	28
3.1. O CONFLITO ENTRE AS COREIAS E A CONSTRUÇÃO DA AMEAÇA A PARTIR DA LÓGICA BIPOLAR (1948-1962).....	28
3.1.1. Ocupação estrangeira na Península Coreana: a origem da divisão da Coreia (1948)	28
3.1.2. A criação dos Estados rivais: Syngman Rhee (Lee Sung-man) vs. Kim Il-sung (1948)	30
3.2. CARACTERÍSTICAS CENTRAIS DA CONFIGURAÇÃO POLÍTICA SUL-COREANA.....	33
3.2.1. O alinhamento automático com os Estados Unidos da América e o bloco capitalista	33
3.2.2. O conceito de presidência imperial e a influência do confucionismo na política coreana	34
3.2.3. O capitalismo estatal e o papel do executivo na gestão econômica	35
3.3. CARACTERÍSTICAS CENTRAIS DA CONFIGURAÇÃO POLÍTICA NORTE-COREANA.....	35
3.3.1. A ideia Juche e sua importância para o pensamento sócio-político coreano	36

3.3.2.	O alinhamento com o bloco socialista e o relacionamento com Stalin e Mao	37
3.4.	A TENTATIVA DE REUNIFICAÇÃO ARMADA: GUERRA DA COREIA (1950-1953) 38	
3.4.1.	O papel das grandes potências no conflito	40
3.4.1.1.	Estados Unidos da América.....	40
3.4.1.2.	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (Rússia)	41
3.4.1.3.	China.....	42
3.4.1.4.	Japão	42
3.5.	A MUDANÇA DE PARADIGMA NO RELACIONAMENTO ENTRE AS COREIAS A PARTIR DA DÉTENTE E O ESTABELECIMENTO DAS BASES PARA A REUNIFICAÇÃO (1962-1988)	43
3.5.1.	Consequências imediatas da Guerra Fratricida para as relações intercoreanas: década de tensão e conflitos (1960-1970).....	43
3.5.2.	O Governo de Park Chung-hee (1961-1979)	43
3.5.2.1.	Sua política anticomunista (Lei de Segurança Nacional).....	45
3.6.	A DÉTENTE E A MUDANÇA DE PARADIGMA NO RELACIONAMENTO ENTRE AS COREIAS.....	46
3.7.	A DECLARAÇÃO CONJUNTA DE 4 DE JULHO DE 1972 E O ESTABELECIMENTO DE BASES PARA A REUNIFICAÇÃO	46
3.8.	O GOVERNO DE CHUN DOO-HWAN E O ISOLAMENTO DA PENÍNSULA COREANA (1980-1987).....	47
3.9.	O PRAGMATISMO COMO VIA DE SUPERAÇÃO DAS DIFERENÇAS (1988-2018) 48	
3.9.1.	A transição democrática e as mudanças no relacionamento intercoreano: introdução do princípio do pragmatismo	48
3.9.2.	O governo de Roh Tae-woo e propostas concretas para a reunificação (1988-1993)48	
3.9.3.	O ingresso dos Estados Coreanos na ONU em 1991	49
3.9.4.	O Acordo Mútuo De Não-Agressão, Reconciliação, Comércio e Cooperação De 1992 e a introdução do Princípio da <i>Korean Commonwealth</i>	49

3.9.5.	Modelos de unificação propostos pelas Coreias: suas semelhanças e diferenças	50
3.9.6.	Kim Jong-il vs. Kim Young-Sam (1993-1997).....	52
3.9.7.	A política <i>Songun</i> : a nuclearização da Península Coreana	52
3.9.8.	A década progressista e o avanço da pauta da reunificação pela primeira vez na história da Península Coreana (1998-2008)	53
3.9.9.	Kim Dae-jung e a <i>Sunshine Policy</i> (1998-2003).....	54
3.9.10.	O primeiro encontro intercoreano e a Declaração de 15 de junho de 2000.....	55
3.9.11.	Roh Moo-hyun e a continuidade da <i>Sunshine Policy</i> (2003-2008)	55
3.9.12.	O segundo encontro intercoreano e a Declaração de 4 de outubro de 2007.....	56
3.10.	DÉCADA DE TENSÕES, CONFLITOS, SANÇÕES E A INTENSIFICAÇÃO DA POLÍTICA NUCLEAR NORTE-COREANA (2008-2017).....	57
3.10.1.	O governo de Lee Myung-bak e o retorno da política conservadora para as relações intercoreanas (2008-2013).....	57
3.10.2.	A ascensão de Kim Jong-un ao poder e a intensificação da política nuclear norte-coreana (2011).....	57
3.10.3.	O governo de Park Geun-hye e as incertezas no relacionamento intercoreano (2013-2017).....	58
3.10.4.	A ascensão de Moon Jae-in e o retorno da perspectiva progressista na relação com a Coreia do Norte (2017-2018).....	59
3.10.5.	Positividade em meio à incerteza: a busca por estabilidade na Península Coreana (2017).....	59
3.10.6.	As Olimpíadas de Inverno em Pyeong-chang e uma nova oportunidade de relacionamento entre as Coreias (2018).....	60
3.10.7.	O Terceiro Encontro Intercoreano de 27 de abril de 2018 e a Declaração da Paz, Prosperidade e Unificação da Península Coreana de Panmun-jeom	61
3.10.8.	O encontro entre Trump e Kim Jong-un em 12 de junho de 2018 e a Declaração de Cingapura.....	61
3.10.9.	O Quarto Encontro Intercoreano de 18 de setembro de 2018 e a Declaração Conjunta de Pyong-yang	62

4. O CAMINHO PARA A REUNIFICAÇÃO DA PENÍNSULA COREANA	63
4.1. A LINGUAGEM E A POLÍTICA: O PAPEL DAS IDEOLOGIAS NOS ATOS DISCURSIVOS E A CARGA HISTÓRICA EM TORNO DA REUNIFICAÇÃO COREANA.....	63
4.1.1 A Identidade, as Relações de Securitização e Dessecuritização no Nordeste Asiático e a Influência Direta no Relacionamento entre as Coreias	67
4.2. FERRAMENTAS DE CONSTRUÇÃO DA ANÁLISE	69
4.2.1. A Relação entre a Securitização e o Processo de Construção de um Regime de Paz Permanente na Península Coreana	69
4.2.2. O reconhecimento dos entraves para a reunificação.....	71
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	75

1. INTRODUÇÃO

O estudo das relações internacionais orientais é recorrente no contexto contemporâneo, mas que encontra diversos problemas, devido ao caráter eurocêntrico hegemônico do desenvolvimento das teorias, conceitos e metodologias de análise que não compreendem totalmente a realidade dos fenômenos sociais na Ásia, sobretudo da Península Coreana em específico, considerando que os estudos de segurança e resolução de conflitos partem de um ponto de vista ocidental, universalista, enviesado, que por muitas vezes desconsidera a dimensão da identidade e da retórica nacionalista nas pautas de segurança, este trabalho de pesquisa traz uma interpretação holística e abrangente para os estudos coreanos. Nesse sentido, este trabalho de pesquisa se propõe a investigar as causas do confronto na Península Coreana, bem como, os seus efeitos nas dinâmicas de segurança regional e global, demonstrar o processo de negociações intercoreanas em uma abordagem histórica, no período dos últimos 70 anos e determinar a partir desta investigação os principais entraves para a construção de um regime de paz permanente e efetivo no nordeste asiático, cujo objetivo principal é o fim do armistício da Guerra da Coreia de 1953.

A fim de que esta pesquisa seja realizada, os métodos utilizados para a coleta de dados são revisão bibliográfica e análise documental, tendo como fontes: autores locais, plataformas governamentais contendo discursos oficiais dos líderes coreanos, e o conteúdo dos tratados assinados entre as Coreias neste período.

Tomou-se como hipótese que o desenvolvimento das relações intercoreanas e a pauta da reunificação estão intrinsecamente relacionados com os interesses das grandes potências no Leste Asiático, assim como, a favorabilidade do processo de dessecuritização das negociações locais depende do contexto regional e global nos campos da geopolítica e da segurança internacional.

Dessa maneira, o objetivo geral proposto é apresentar a trajetória de negociações entre as Coreias e entender os fatores determinantes do conflito existente em torno da reunificação política na Península Coreana. Para aprofundar a pesquisa, foram elencados três objetivos de natureza específica, que são: evidenciar o impacto geopolítico da Península nas relações de poder regional e na dinâmica das relações de segurança internacional à luz da Escola de Copenhague; distinguir a natureza dos entraves políticos, sociais, culturais e econômicos que se apresentam durante o processo de negociação intercoreana, e refletir, acerca das possibilidades reais para a reunificação entre as Coreias; discutir como se deu o processo de construção do paradigma de relacionamento entre as Coreias, a partir da análise de discurso,

avaliando o grau de comprometimento entre os atores envolvidos para alcançar a unificação da Península.

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho de pesquisa pretende-se mostrar a evolução do conflito entre as Coreias, entre a politização, securitização e dessecuritização nos moldes propostos pela Escola de Copenhague, através da análise de discurso, de modo a enxergar padrões de ação política e compará-los aos conceitos, tendo em vista que as relações de securitização na Península Coreana estão intrinsecamente relacionadas com a busca do fim permanente da Guerra da Coreia, mas que em razão da divergência dos interesses e expectativas dos atores envolvidos, iniciativas para a construção de um regime de paz tornam-se estagnadas em detrimento da manutenção do *status quo*.

No primeiro capítulo, estão contidas as abordagens que serão utilizadas como aporte teórico-metodológico para a construção deste trabalho de pesquisa: a Teoria da Securitização e a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança, ambas propostas pela Escola de Copenhague, que possui uma perspectiva abrangente dos estudos de segurança internacional, bem como, o estudo preliminar das configurações da geopolítica na Ásia Oriental, focando na localização estratégica da Península Coreana e no equilíbrio de poder e interesses externos.

No segundo capítulo apresentam-se as relações intercoreanas em uma perspectiva histórica, desde a institucionalização dos Estados rivais até as inúmeras tentativas das duas Coreias em estabelecer uma conformidade de interesses para uma possível reunificação da Península Coreana, considerando as dissidências elementares na formação deste paradigma de relacionamento que se torna cada vez mais robusto desde o fim da Guerra Fria.

No terceiro e último capítulo, propõe-se um estudo sistemático das retóricas nacionalistas pós-divisão, bem como os esforços na reconstrução de um nacionalismo pan-coreano baseado na homogeneidade étnica e cultural dos dois Estados, para, a seguir, analisar de acordo com o método proposto pela Escola de Copenhague os padrões de atuação governamental na construção da dinâmica de segurança percebida atualmente na Península Coreana.

2. A PENÍNSULA COREANA NAS RELAÇÕES DE GEOPOLÍTICA E SEGURANÇA INTERNACIONAL

O objetivo deste capítulo é evidenciar o impacto geopolítico da Península Coreana nas configurações de poder regional e na dinâmica das relações de segurança internacional à luz da Escola de Copenhague.

2.1. A ESCOLA DE COPENHAGUE E A TEORIA DA SECURITIZAÇÃO

A Segurança Internacional é uma das pautas mais importantes nas Relações Internacionais contemporâneas, ligada às políticas de poder, isto é, a capacidade estatal de mobilizar recursos para responder politicamente à determinada ameaça, e pode ser classificada entre a abordagem tradicional e a abordagem contemporânea ou novas concepções de ameaça. A abordagem tradicional dos estudos de segurança lida com a dicotomia entre a guerra e paz, isto é, conflitos militares, políticos e diplomáticos marcados pelo período da Guerra Fria, decorrentes do embate entre os dois campos ideológicos e políticos concentrados pela União Soviética e pelos Estados Unidos. Confrontos diretos e indiretos causados pelas dissidências ideológicas nas escalas globais, regionais e domésticas representaram a grande ameaça enfrentada em nome da soberania e sobrevivência dos Estados, assim como seu desenvolvimento na realidade bipolar (MA, 2010, pág. 15).

Já acerca das abordagens contemporâneas de segurança surgem de reflexões no contexto pós-Guerra Fria na tentativa de inserir novas possibilidades de ameaça para além da perspectiva interestatal, denominada de segurança compreensiva. Além dos objetos de estudo tradicionais que são a segurança militar e política, esta perspectiva pode tratar de segurança econômica, segurança financeira, segurança ambiental, segurança societal e enfim, a perspectiva crítica de segurança humana que compreende a segurança econômica abrangente, a noção de segurança alimentar, de segurança sanitária, e, segurança pessoal e comunitária, que seriam necessárias para garantir a existência e sobrevivência das pessoas (MA, 2010, pág. 15).

A ampliação do escopo de análise dos estudos de segurança veio da necessidade de reorientação conceitual percebida pela Escola de Copenhague a partir do período da *détente*, que acarretou em uma maior quantidade de conflitos devido ao cenário internacional marcado pela instabilidade e a vulnerabilidade, no entanto, a abordagem tradicional já não era capaz de explicar em sua totalidade a natureza destes fenômenos, o que gerou o questionamento dos estudos de segurança a partir de uma lógica internacionalista que fosse capaz de explicar os conflitos para além de percepções gerais (BUZAN; DE WILDE; WÆVER, 1998, pág. 5).

Uma questão de segurança é aquilo que pode desafiar a sobrevivência das pessoas e por esse motivo, possui um caráter excepcional e urgente, é quando uma ameaça existencial se apresenta a um determinado objeto referencial, no entanto, observa-se que não existe um consenso sobre tudo que pode se apresentar como ameaça à sobrevivência humana, e por isso, as características de tais ameaças estão sujeitas a serem mutáveis (BUZAN; DE WILDE; WÆVER, 1998, pág. 21).

Acerca dos objetos referenciais de análise que podem ser observados, os autores explicam que, no setor militar, geralmente, objeto referencial é o próprio aparelho estatal e sua sobrevivência, ou podem referir-se também a outras entidades políticas. A segurança política refere-se aos termos legitimadores da força estatal, a ideologia e a soberania são os principais. A segurança econômica é um pouco mais complexa, pois está ligada a diferentes atores com diferentes percepções de ameaça, por exemplo, sob a perspectiva privada, as ameaças se apresentam na forma da perda de subsídios e a possibilidade de falência frente a um cenário instável. A segurança societal se refere à legitimidade e resistência de identidades coletivas que representam um todo; as religiões, etnias e nacionalidades são exemplos de tais identidades, no entanto, os autores comentam que, com o passar do tempo, essas percepções coletivas estão sujeitas a mudanças, que podem ser de forma natural ou forçada por um agente externo. Sobre a segurança ambiental, são caracterizadas diversas ameaças existenciais que dependem da percepção sobre a interferência humana na natureza e sua própria sobrevivência, um exemplo possível o aquecimento global e sua influência na agenda climática mundial (BUZAN; DE WILDE; WÆVER, 1998, pág. 22).

Para fins de analisar como funcionam tais dinâmicas contemporâneas de segurança, foi introduzida a Teoria da Securitização, que usa de um aparato metodológico construtivista para explicar o que é tido como segurança a partir do seu processo de construção. No entanto, os autores não consideram todas as relações sociais enquanto fruto das ações humanas, mas sim que é importante perceber como determinadas práticas no sistema internacional são sedimentadas e não podem ser interpretadas como escolha. Essa teoria se volta para a segurança enquanto prática social, que se origina no ato de fala e deve ser entendida a partir do estudo da subjetividade, da maneira como se constroem as ameaças que se apresentam através do conceito da securitização (BUZAN; DE WILDE; WÆVER, 1998, pág. 23).

É importante observar a distinção entre os conceitos de segurança e securitização. Para os autores, a segurança internacional é uma mudança institucional das práticas políticas comuns com a finalidade de lidar com uma demanda específica, e requer a mobilização de recursos frente à percepção pública de sua prioridade. Em última instância, quando

determinada pauta específica se torna uma ameaça existencial, caracteriza-se o processo de securitização. Por sua vez, a dessecuritização é quando ocorre o processo inverso a este (BUZAN; DE WILDE; WÆVER, 1998, pág. 23).

Visto isso, podem-se observar os estágios da securitização, na qual um determinado assunto de interesse público pode ser não politizado, apresentar um relativo grau de politização ou ser securitizado. O fator de variação nesses casos é a mobilização estatal para lidar e discutir políticas públicas com a sociedade sobre determinado assunto, que pode vir a ser combatida por meio do emprego de recursos militares em caráter emergencial, considerando a ameaça à sua sobrevivência como justificativa para suas ações que extrapolam do padrão de procedimentos políticos, tornando-se uma exceção, uma medida extraordinária para com determinada pauta (BUZAN; DE WILDE; WÆVER, 1998, págs. 23-24).

De acordo com os autores dessa perspectiva, os principais conceitos sobre os quais a Teoria de Securitização se debruça são os seguintes: movimento de securitização, atos de fala, ator securitizador, ator funcional, objeto de referência, *overlay*, etc. É essencial ter em mente que a segurança, é *a priori*, uma prática auto referencial, subjetiva e socialmente construída, o que compromete a definição precisa e homogênea dos critérios necessários para que o processo de securitização aconteça, entretanto, sua legitimidade está sujeita à percepção dos atores envolvidos no processo em questão (BUZAN; DE WILDE; WÆVER, 1998, pág. 24).

Acerca da construção de pautas de segurança, os autores priorizam os discursos, chamados de atos de fala, que são feitos pelos atores securitizadores, aqueles interessados em criar agendas de segurança, a partir dos quais se pode securitizar de forma bem-sucedida determinado assunto. Os atores securitizadores são àqueles responsáveis por proferir a necessidade da securitização de algum objeto referencial, alegando a presença de uma ameaça existencial, o ator securitizador é aquele que performa o ato de fala. O ator securitizador não se caracteriza como objeto de referência, pois raramente o mesmo ator irá a público buscando a sua própria sobrevivência frente a qualquer ameaça. Para identificar a natureza do ator securitizador, pode-se observar a lógica do processo de securitização, e é de suma importância que se avalie de que forma este ator se manifesta, se fala como indivíduo ou se representa uma estrutura organizacional, no caso do Estado, o ator securitizador é reconhecido para falar em nome dos interesses estatais (BUZAN; DE WILDE; WÆVER, 1998, pág. 24).

Outro elemento que compõe o processo de securitização é o ator funcional, que tem influência para afetar de alguma forma a dinâmica normal do processo de securitização, mas não se caracterizam como burocracia especializada do Estado e nem como objeto referencial, os autores apresentam conglomerados econômicos e a indústria de defesa como um exemplo,

pois estes podem ter o interesse e a influência para buscar a securitização ou dessecuritização de determinada pauta (BUZAN; DE WILDE; WÆVER, 1998, págs. 24-25).

O conceito de *overlay* diz respeito à interferência de um ou mais poderes externos na dinâmica da securitização, de maneira que estes interesses se sobrepõem aos dos agentes securitizadores locais, alterando os efeitos esperados nas dinâmicas sistêmicas de segurança e suprimindo o poder de ação dos agentes locais. O melhor exemplo de *overlay* na política internacional advém do período da Guerra Fria e caracteriza a atuação das superpotências em conflitos regionais, em que estas se enfrentavam indiretamente e interferiam substancialmente no contexto da segurança internacional e da defesa por todo o globo (BUZAN; DE WILDE; WÆVER, 1998, págs. 13-14).

Conforme observa Ole Wæver, na obra *On Security* de 1995, a análise discursiva é fundamental para o desenvolvimento do campo dos estudos de segurança, porque através desta análise, alguma colocação pode ser classificada como uma questão de segurança para certo objeto referencial, visto que se podem observar argumentos que comprovem o caráter extraordinário que determinada pauta pode apresentar em detrimento de outras, o que justificaria parâmetros de ação imediata para sua contenção. No entanto, o discurso representa o movimento de determinado ator na busca pela securitização, um ato de fala, e necessita do reconhecimento da sociedade em torno da securitização de determinada pauta para se tornar efetivamente uma questão de segurança, isto é, sem a legitimidade dos agentes securitizadores um discurso permanece como ato de fala (WÆVER *in* LIPSCHUTZ 1995, págs. 6-7; BUZAN; DE WILDE; WÆVER, 1998, págs. 24-25).

Um processo de securitização bem sucedido pode ser identificado por meio da observação de três estágios: a criação de ameaças existenciais; a institucionalização de ações imediatas para a contenção de tal ameaça e a percepção de seus efeitos negativos no procedimento político padrão por meio da violação das instituições, com o objetivo de coagir tal ameaça, que, em última instância afetam o relacionamento entre as unidades políticas (BUZAN; DE WILDE; WÆVER, 1998, pág. 26).

Em vista disso, os autores reconhecem que a securitização é um recurso emergencial, e por esse motivo, só deve ser utilizado caso houver falhas de comunicação entre os atores para buscar a resolução de determinada demanda pela via das práticas políticas comuns, e que a dessecuritização deve ser o propósito em longo prazo, evitando assim, a continuidade do paradigma de relacionamento conflituoso (BUZAN; DE WILDE; WÆVER, 1998, pág. 29).

2.2.O COMPLEXO REGIONAL DE SEGURANÇA DO NORDESTE ASIÁTICO

Nesta seção do capítulo, busca-se compreender o contexto e postulados centrais da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança, proveniente da Escola de Copenhague e, em seguida, apresentam-se as considerações sobre o complexo regional de segurança do leste asiático, que compreende o objeto deste trabalho de pesquisa.

Com o fim do paradigma bipolar das relações internacionais, ocorreram várias mudanças na agenda de segurança internacional, entre as quais: a revisão teórica dos estudos de segurança que passaram a incluir uma série de temas antes ignorados, em detrimento do conflito direto e indireto entre Estados, como por exemplo, a influência das dinâmicas regionais de poder nas configurações de defesa; é observado o desinteresse das superpotências nestas dinâmicas regionais, o que culminou em uma maior autonomia dos atores para tratar os assuntos locais; e, a implosão da União Soviética, em 1991, que pôs um fim no confronto político-ideológico entre as superpotências, bastante característico desse período, e, que, em última instância, institucionalizou a existência de um complexo regional de segurança com os países recém-criados, que estavam sob o controle soviético, no leste europeu (BUZAN; WÆVER, 2003, págs. 17-18).

A Teoria dos Complexos Regionais de Segurança surge nesse contexto, porém no início, o autor Barry Buzan, considerava apenas os setores político e militar como objeto de análise. Apenas a partir de 1998, com a revisão do arcabouço teórico e metodológico dos estudos de segurança proposto pela Escola de Copenhague, a teoria passou a adotar a perspectiva abrangente de segurança, em um esforço coletivo para explicar as suas dinâmicas contemporâneas do mundo pós-Guerra Fria (BUZAN; WÆVER, 2003, pág. 3).

A abordagem proposta pela Teoria dos Complexos Regionais de Segurança implica que após a Guerra Fria, devido à diminuição do envolvimento direto das superpotências na condução de um paradigma global de segurança, as relações internacionais nas áreas de defesa e segurança se concentraram ainda mais sobre uma perspectiva regional, apoiando-se na proximidade geográfica e no princípio da autonomia para facilitar o relacionamento entre os atores (BUZAN; WÆVER, 2003, pág. 18).

Um Complexo Regional de Segurança (CRS) é definido como um grupo de unidades, em geral Estados, cuja maioria dos processos de securitização e dessecuritização estão tão interligados, que seus problemas de segurança não podem suficientemente compreendidos ou solucionados de forma independente um dos outros. A formação de um complexo regional de segurança depende de três elementos básicos: a proximidade geográfica; a estrutura anárquica

do Sistema Internacional; e, a balança de poder, bem como suas consequências (BUZAN; WÆVER, 2003, págs. 44-45).

A proximidade geográfica, ou adjacência, é considerada pelos autores como um dos principais fatores explicativos da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança. Graças à proximidade, os níveis de interação entre Estados vizinhos são consideravelmente maiores do que entre Estados de regiões diferentes, e dessa maneira, a proximidade fortalece os arranjos cooperativos entre os Estados, sobretudo, nas áreas política, societal e militar (BUZAN; WÆVER, 2003, pág. 45).

A Teoria dos Complexos Regionais de Segurança possui quatro grandes níveis de análise, que se relacionam entre si, e formam a chamada constelação de segurança: o doméstico, o regional, o inter-regional e o global. Dentre os quais, o nível regional é o considerado mais importante para os autores, pois as dinâmicas de segurança regional influenciam diretamente no padrão de práticas políticas comuns, e no cenário multipolar das relações internacionais contemporâneas tende a progredir ainda mais em detrimento da dinâmica da globalização (BUZAN; DE WILDE; WÆVER, 1998, pág. 43; BUZAN; WÆVER, 2003, pág. 11).

Considerando as configurações históricas dos arranjos de poder e as assimetrias nas capacidades absolutas de projeção de poder, Buzan e Wæver organizaram os Estados em superpotências, grandes potências e potências regionais. Uma superpotência possui altas capacidades político-militares, além de um grande suporte das políticas econômicas a essas empreitadas, no entanto, é necessário o alcance global de suas capacidades e o reconhecimento internacional de determinado Estado como uma superpotência cuja legitimidade dependerá da disseminação de valores e costumes universais, que permitirão a sua participação efetiva na maioria dos processos de securitização e dessecuritização por todo o Sistema Internacional, e, para os autores, os Estados Unidos são o único Estado que atende todos os requisitos no contexto contemporâneo (BUZAN; WÆVER, 2003, págs. 34-35).

Já no que tangem às grandes potências e potências regionais, as capacidades de projeção de poder são menores. Por exemplo, uma grande potência pode possuir poderio econômico, militar e político e ser capaz de influenciar mais que a sua própria região, sendo considerada nos cálculos de projeção de poder global, já uma potência regional não tem a mesma envergadura e capacidade de alcance para projeção global no curto e médio prazo, restringindo-se à sua própria região (BUZAN; WÆVER, 2003, pág. 36).

Além disso, Buzan e Wæver observam que no continente asiático, encontram-se duas grandes potências, que são China e Japão, a Índia, uma potência regional em ascensão, e

quatro Estados nuclearizados que são China, Índia, Paquistão e mais recentemente a Coreia do Norte, ademais, existem também três outros Estados com programas nucleares em desenvolvimento, que são Japão, Taiwan e Coreia do Sul – embora os autores levem em consideração sua finalidade pacífica, reconhecem que em face dos confrontos militares indiretos da região, poderiam facilmente passar por uma reorientação. Tal distribuição de poder e capacidades nucleares são características da Ásia, em detrimento de outras regiões, e se devem principalmente às políticas de inserção internacional e desenvolvimento econômico no cenário pós-Guerra Fria (BUZAN; WÆVER, 2003, pág. 93).

No caso do Complexo Regional de Segurança do Nordeste Asiático – que compreende a China, o Japão, a Rússia, a Coreia do Norte e a Coreia do Sul –, as duas Coreias estão cercadas de grandes potências que possuem capacidades de projeção de poder consideráveis para atuar nos níveis regional e global, e percebem-se a forte influência e interdependência nos padrões de relacionamento entre estes Estados (BUZAN; WÆVER, 2003, pág. 37; BRITES, 2016, pág. 3).

As particularidades perceptíveis na dinâmica regional de segurança do nordeste asiático se originam da persistência de conflitos da Guerra Fria, entre os quais, a divisão da Península Coreana e uma série de disputas territoriais entre os atores, quando somadas à intervenção norte-americana caracterizada pela presença de bases militares estratégicas e tratados de cooperação na área de segurança com o Japão e com a Coreia do Sul, se torna mais um fator decisivo na explicação das configurações do relacionamento entre os atores envolvidos (BRITES, 2016, pág. 3).

Podem-se observar padrões próprios na configuração do Complexo de Segurança Regional no nordeste asiático, oriundos da perspectiva tradicional de segurança que envolve os aspectos políticos e militares, essencialmente. Por esse motivo, a principal característica é busca pelo equilíbrio de poder, influenciada em grande parte, pela tradição confucionista destes povos, e, pode-se inferir a partir disso, que o paradigma de relacionamento entre os atores carrega, ainda, parte da estrutura do *overlay* bipolar, em que as dinâmicas regionais se misturam com os interesses globais das grandes potências, definindo as pautas prioritárias de securitização e dessecuritização da região, bem como, influencia diretamente no relacionamento entre os atores, interferindo em sua autonomia securitária (BRITES, 2016, págs. 4-6).

O que quer dizer que, a região do Leste Asiático apresenta um supercomplexo de segurança, em que se observa uma dinâmica diferente no estabelecimento das relações entre as grandes potências do Leste Asiático e a superpotência, e por esse motivo, existe uma maior

tendência de os conflitos regionais assumirem uma escala global devido à quantidade de interesses externos estratégicos, caracterizando um efeito *spill over*¹ para além das relações de segurança e defesa, impactando diretamente o processo decisório internacional (BRITES, 2016, pág. 7; BUZAN; WÆVER, 2003, pág. 97).

Diversos fatores de caráter histórico influenciam os padrões de relacionamento na coordenação de políticas de segurança e defesa entre os Estados no nordeste asiático, visto que suas transformações estão diretamente condicionadas à atuação dos Estados Unidos, como superpotência na região, é importante perceber que o transbordamento entre os níveis global e regional representa o fator de maior relevância nas configurações da geopolítica da Ásia (BRITES, 2016, pág. 15).

2.3.AS CONFIGURAÇÕES GEOPOLÍTICAS DA PENÍNSULA COREANA NA ÁSIA

A localização estratégica da Península Coreana, que liga a China e a Rússia ao Oceano Pacífico, é alvo de interesses geopolíticos e econômicos externos desde o fim do século XIX, período em que o centro burocrático da dinastia Joseon falhou politicamente em se inserir no sistema moderno de Estados-Nação, e frente a um cenário de instabilidades regionais se viu isolado e minado pelo jogo político estrangeiro, a Coreia não estava preparada para enfrentar o imperialismo ou as implicações dos impasses geopolíticos e das políticas de poder das grandes potências (HONG, 2007, pág. 46; MA, 2010, págs. 18-19).

O Rei Ko-jong, então líder do reino da Coreia, conduziu uma série de iniciativas para buscar a inserção internacional da Península, porém desconsiderava o princípio da busca pelos próprios interesses, o que em última instância, fragilizou a estabilidade do seu governo cedendo às pressões externas dos líderes regionais e principalmente dos norte-americanos, dos quais os coreanos tinham uma percepção bastante positiva e benevolente. Esta série de erros de cálculo, que interpretou mal as intenções das grandes potências em detrimento dos princípios idealistas na política externa da Coreia absolutista, teria sido um facilitador para a empreitada imperialista japonesa que iniciou em 1905 e mais tarde para a divisão da Península no contexto da Guerra Fria (HONG, 2007, pág. 48).

Conforme observam os autores Buzan e Wæver na obra *Regions and Powers*, a história peculiar da Ásia influencia diretamente as relações entre os Estados na região, sobretudo no que tange à geopolítica e a segurança, pois se trata de padrões de relacionamento

¹ Efeito de transbordamento, caracterizado quando há a intensificação do relacionamento entre atores no Sistema Internacional, devido a incentivos que aumentam o comprometimento necessário para agir conjuntamente acerca de determinada demanda (SARFATI, 2006, pág. 187).

que vêm de um período anterior a ideia de Estado e soberania que se legitimam por meio de sua história pré-colonial e justificam certos paradigmas tradicionais nas sociedades orientais que as diferem essencialmente dos atores ocidentais e da ordem internacional construída a partir de suas experiências. Além disso, os autores também realçam o poder da influência dos empreendimentos coloniais e do imperialismo ocidental nas características centrais dos Estados asiáticos e a dinâmica das relações de segurança regional. A conexão entre os Estados pós-coloniais e o padrão de relacionamento pré-colonial é o que de acordo com os autores, legitima a securitização contemporânea observada na Península Coreana, em torno da pauta da reunificação (BUZAN; WÆVER, 2003, pág. 95).

Dessa maneira, no contexto pós-guerra, é seguro afirmar que, as configurações de poder regional e as interações entre os países foram seriamente afetadas e, por conseguinte, a Coreia representa um pivô e um instrumento de barganha política no jogo de interesses entre as grandes potências – sobretudo os Estados Unidos, União Soviética, China e Japão (BUZAN; WÆVER 2003, pág. 95). A princípio, ao pensar a relevância geopolítica da Coreia, é fundamental pontuar todo o contexto de bipolaridade da Guerra Fria. Ambos os países buscavam polos de influência político-ideológica e a intervenção direta no território estava, portanto, ligada exclusivamente aos seus interesses nacionais (HONG, 2007, pág. 47).

A aliança militar com a Coreia do Sul e com o Japão, nesse contexto, foi de suma importância para que os Estados Unidos estabelecessem uma atuação efetiva no Leste Asiático, com suposições estratégicas, e, que em última instância, consolidou o papel dos Estados Unidos como única superpotência, através do aumento de suas capacidades de dissuasão direta, a difusão dos valores democrático-liberais e a busca pela não nuclearização coercitiva, que incide diretamente sobre o relacionamento problemático com a Coreia do Norte e seu programa nuclear (BRITES, 2016, pág. 10).

Visto isso, a compreensão do papel das Coreias nas configurações geopolíticas contemporâneas do continente asiático está ligada às reações dos Estados Unidos e das grandes potências às tentativas de avanço no relacionamento intercoreano e no nível de comprometimento regional e global necessário para a superação do paradigma de conflito que resiste desde a Guerra Fria e para a construção de um regime de paz duradouro no contexto do nordeste asiático (MOON, 2012, pág. 4; BRITES, 2016, pág. 10).

Neste capítulo foram apresentadas as teorias que serão utilizadas como o arcabouço teórico-metodológico para a construção do presente trabalho de pesquisa: a Teoria da Securitização e a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança, ambas propostas pela Escola de Copenhague, que possui uma perspectiva abrangente de segurança internacional. O

cenário pós-Guerra Fria foi fundamental para estabelecer este novo paradigma nos Estudos de Segurança, com a finalidade de expandir o escopo explicativo dos fenômenos contemporâneos, que iam além da perspectiva interestatal característica da visão tradicional.

A Teoria da Securitização se debruça na definição de securitização enquanto mobilização dos recursos estatais para conter determinada ameaça existencial a um objeto referencial, quando apontada através do ato de fala. Os autores então explicitam a análise do discurso como instrumento fundamental para detectar possíveis movimentos de securitização, e, além disso, enfatizam o caráter emergencial de um processo de securitização, sendo um recurso para quando é impossível conter a ameaça existencial por meio de práticas políticas comuns.

Por sua vez, a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança define-se pelo estudo dos complexos regionais de segurança, que são um grupo de unidades, geralmente Estados, cujos processos de securitização são tão interligados que é impossível estudá-los de forma isolada. A ascensão desta perspectiva originou-se também do fim da Guerra Fria, em que as dinâmicas regionais de segurança passaram a ser mais relevantes em detrimento das dinâmicas globais, possui quatro níveis interligados de análise: o doméstico, o regional, o inter-regional e o global.

Há também neste capítulo considerações sobre a configuração geopolítica da Ásia, focando especificamente no Complexo Regional do Nordeste Asiático e na importância da Península Coreana para a dinâmica de segurança regional.

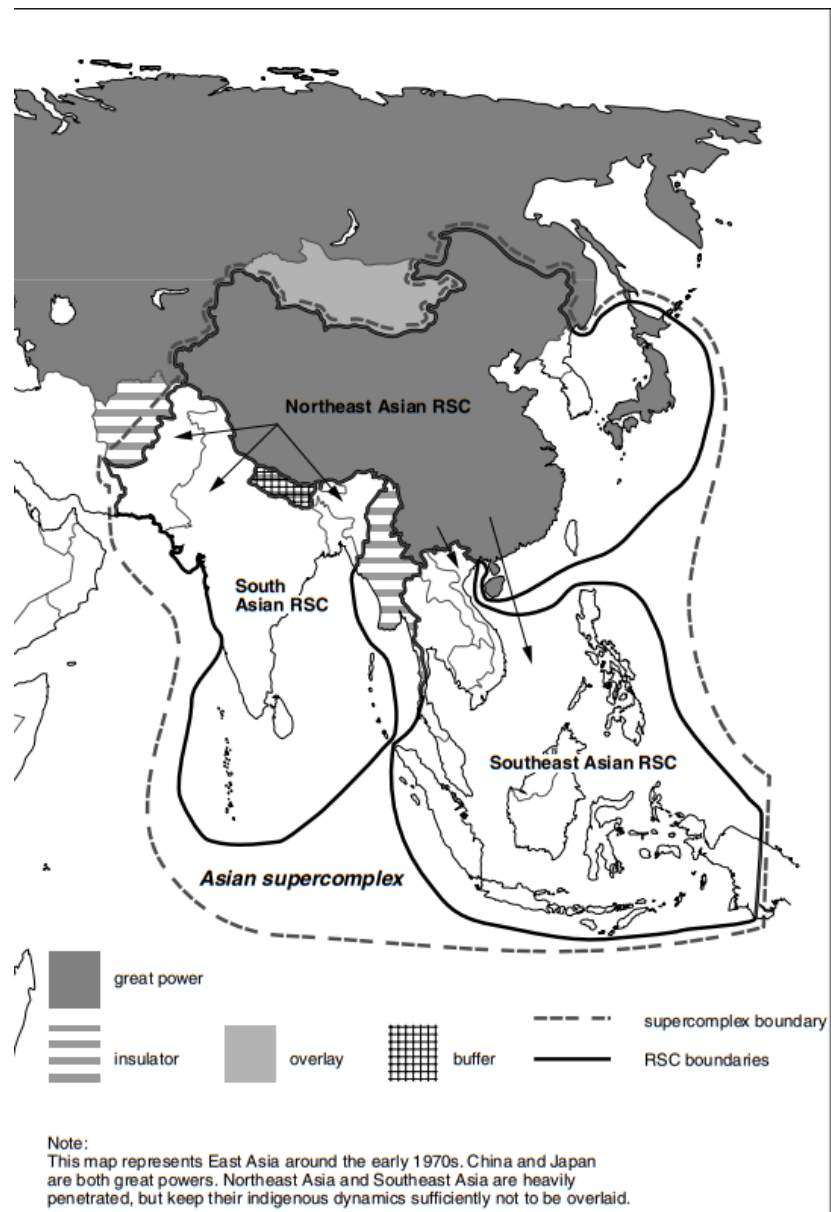
Com a finalidade de permitir uma maior compreensão dos conceitos tratados no decorrer deste capítulo, foram resumidos no formato de um quadro os principais contextos das teorias utilizadas e em sequência são apresentados mapas ilustrativos do complexo regional de segurança da Ásia, assim como da Península Coreana pós-divisão.

Quadro 1 – Quadro de Conceitos-Chave

Teoria da Securitização	Teoria dos Complexos Regionais
Securitização: a mobilização de um aparato extraordinário para contenção de uma ameaça existencial;	Complexo Regional: um grupo de unidades, geralmente Estados, cujas relações de securitização são interligadas;
Dessecuritização: é quando se desfazem as estruturas pensadas para a coação de uma ameaça, visto que, a conjuntura é mutável;	Supercomplexo de Segurança: apresenta um maior nível de <i>overlay</i> , as relações regionais tendem a escalar ao nível global;
Politização: quando determinado assunto de interesse público é integrado à política estatal;	Constelação de Segurança: caracteriza a inter-relação entre os níveis de análise propostos pela teoria;
Não Politização: quando determinado assunto de interesse público não é integrado ao debate político;	Superpotência: um Estado cujas capacidades de projeção de poder são globais, apoiadas por investimento militar e econômico maciço;
Movimento de Securitização: é quando se dá início ao processo de securitização	Grande Potência: um Estado cujas capacidades de projeção de poder global são medianas;
Ato de Fala: é o discurso que contém a ameaça;	Potência Regional: um Estado cujas capacidades de projeção de poder são restritas à sua região;
Ator Securitizador: o ator que profere o discurso;	Adjacência: categoria explicativa desta teoria, baseada na proximidade geográfica;
Ator Funcional: que tem relativa influência em um processo de securitização;	Anarquia: não existem entidades supranacionais capazes de controlar a ação dos Estados;
Objeto Referencial: sobre o qual se posiciona a ameaça;	Balança de Poder: o equilíbrio das capacidades de projeção de poder, um princípio do relacionamento interestatal que antecede a cooperação;
<i>Overlay</i> : a interferência de atores externos no processo de securitização;	Multipolaridade: a existência de vários polos de poder capazes de projeção global;

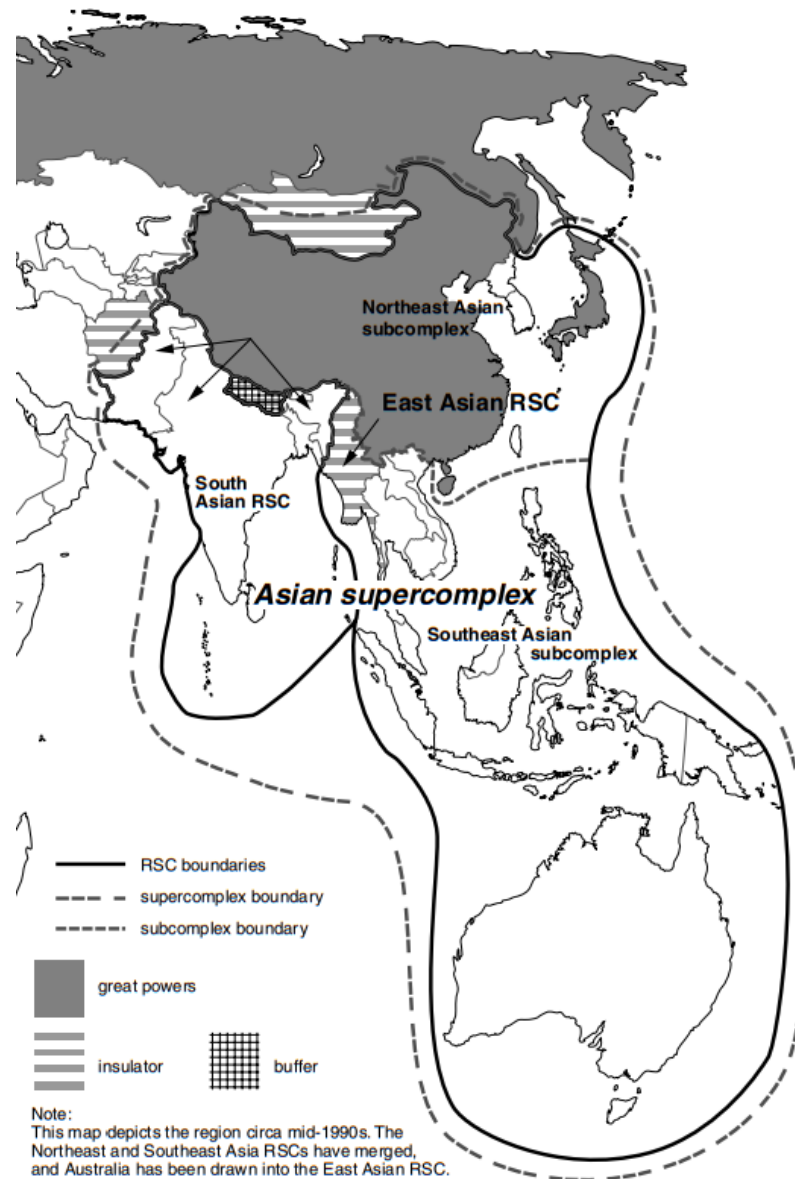
Fonte: elaborado pela autora.

Mapa 1 – Complexo Regional da Ásia na Guerra Fria



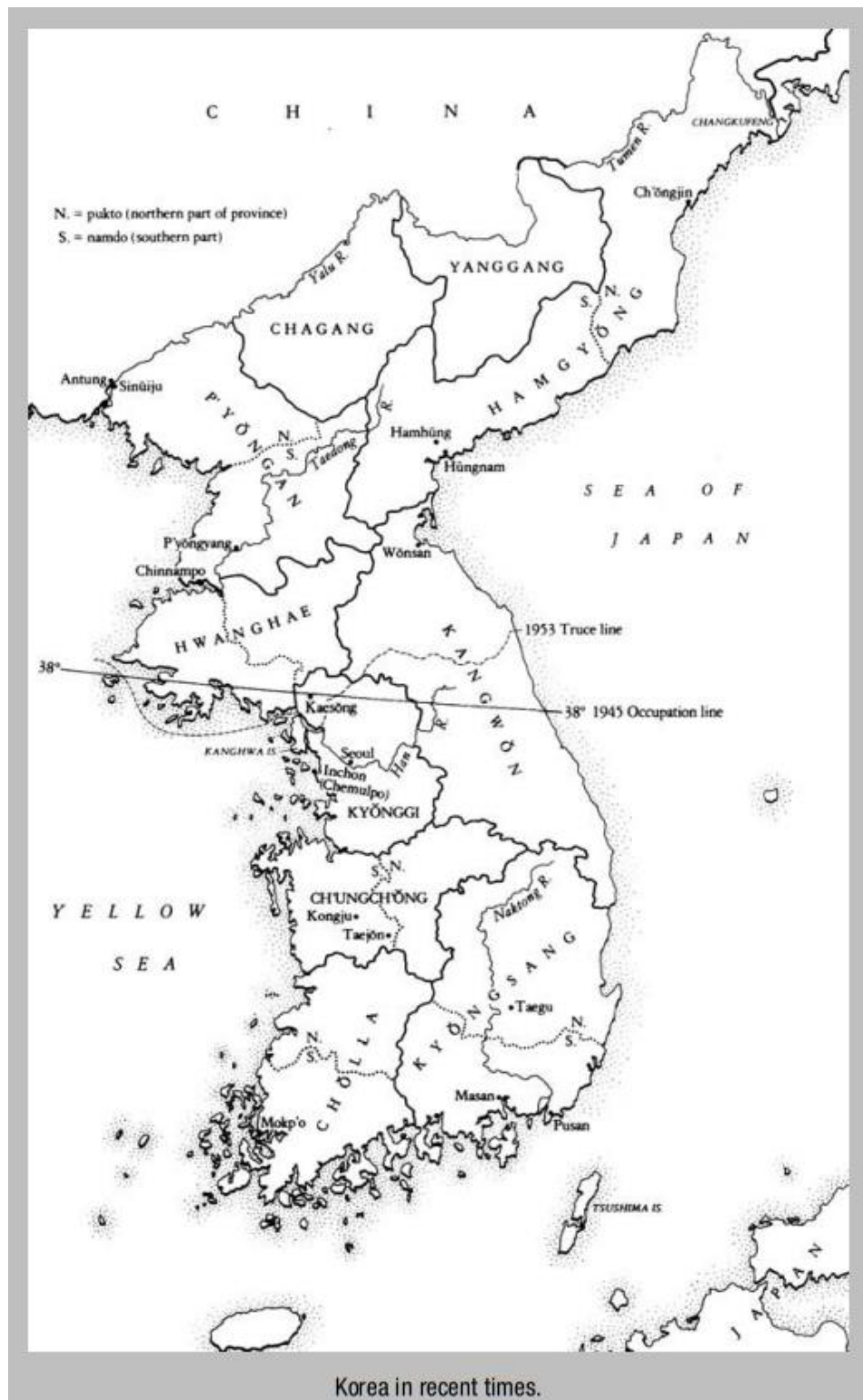
Fonte: BUZAN; WÆVER, 2003, pág. 98.

Mapa 2 – Complexo Regional da Ásia no pós-Guerra Fria



Fonte: BUZAN; WÆVER, 2003, pág. 99.

Mapa 3 – Mapa Político da Península Coreana pós-1945



Fonte: MATRAY, 2004, pág. 3.

3. A TRAJETÓRIA DAS RELAÇÕES INTERCOREANAS EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

O objetivo deste capítulo é apresentar a trajetória de negociações entre as Coreias e entender os fatores determinantes do conflito existente em torno da reunificação política na Península Coreana.

3.1.O CONFLITO ENTRE AS COREIAS E A CONSTRUÇÃO DA AMEAÇA A PARTIR DA LÓGICA BIPOLAR (1948-1962)

3.1.1. Ocupação estrangeira na Península Coreana: a origem da divisão da Coreia (1948)

A Segunda Guerra Mundial foi fundamental para a construção de uma nova ordem mundial em que os países se dividiam ideologicamente em zonas de influência constituídas para o novo paradigma de relacionamento em que Estados Unidos e União Soviética representavam dois polos distintos da política internacional em que capacidade militar e, sobretudo, o poder da influência ditavam não apenas o curso da história, mas também o destino de muitos territórios estratégicos como o da Península Coreana, a Guerra Fria é de suma importância para compreender a origem do conflito na Coreia. (HONG, 2007, págs. 97-98)

A Conferência do Cairo de 1943, em que estavam presentes Franklin Roosevelt, Josef Stalin, Winston Churchill e Chiang Kai-shek – então líderes dos Estados Unidos, União Soviética, Reino Unido e China, respectivamente – definiu o progresso da guerra contra o Japão e o futuro de seu império na Ásia, bem como o papel da China neste processo e mencionava que a Coreia, entre outras colônias se tornariam independentes no devido tempo, através dela, foi concebida a ideia da ocupação conjunta destes territórios, em que Roosevelt estabeleceu um prazo de aproximadamente 40 anos para o estabelecimento de iniciativas democráticas próprias e o desenvolvimento das economias industriais na Ásia. (VISENTINI *et al*, 2018, pág. 34).

No entanto, já no início de 1945, na Conferência de Yalta, o acordo foi revisto e os líderes americano e soviético concordaram em excluir a China e o Reino Unido da partição do território coreano, porém não houveram planejamentos coordenados para estabelecer concretamente os procedimentos de execução da tutela, que devido às ações de represália contra o Japão e os ataques nucleares que antecederam sua rendição na Segunda Guerra, a divisão da Coreia foi delineada em pouco tempo e tinha pouco critério às condições locais, à viabilidade econômica e política da ocupação que se seguiu (VISENTINI *et al*, 2018, pág. 34).

Com o fim da Segunda Guerra e a rendição oficial do Japão em 10 de agosto de 1945, um plano para estabelecer uma ocupação conjunta no território coreano entrou em ação, quando os coronéis norte-americanos Charles Bonesteel e Dean Rusk, considerando interesses políticos, capacidades militares e o que fora tratado na Declaração do Cairo de 1943 entre os Estados Unidos, a União Soviética, o Reino Unido e a China, traçaram de maneira estratégica a divisão territorial da Coreia no paralelo 38N deixando a capital Seul e o porto de Incheon no lado americano da linha e a fronteira ao norte nas mãos da União Soviética, o plano para a ocupação da península obteve aprovação imediata por Josef Stalin e pelo então presidente dos Estados Unidos, Harry Truman em 15 de agosto de 1945 (HONG, 2007, págs. 86-87).

Nos dias 9 e 10 de agosto de 1945, tropas do Exército Vermelho ocuparam a fronteira norte da Península Coreana nos portos de Chung-jin, Na-jin e Unggi, em um ato estratégico que antecedeu a rendição japonesa e o fim da colonização do território coreano. No entanto, o estabelecimento da ocupação soviética se deu de forma diferenciada dos americanos visando sua proximidade geográfica e aproximação ideológica com as autoridades locais ao norte da península (ARMSTRONG, 2004, pág. 41).

A ocupação do sul da Coreia iniciou-se em 08 de setembro de 1945 com a chegada das tropas americanas comandadas pelo general John Reed Hodge, que respondia diretamente ao general Douglas MacArthur, na época comandante geral das operações militares dos Estados Unidos no Pacífico. O estabelecimento do Governo Militar dos Estados Unidos na Coreia (USAMGIK – *United States Army Military Government in Korea*, em inglês) tinha como objetivo principal fornecer bases para uma transição democrática efetiva, assim como para o desenvolvimento da economia – que ainda seguia os modelos agrário-exportadores coloniais - e uma eventual reunificação do território, no entanto, a ocupação militar possuía um caráter provisório (HONG, 2007, pág. 53).

Os militares soviéticos reconheciam a importância estratégica do território coreano, porém, a priori, Stalin falhou em reconhecer sua vantagem e as possibilidades de expansão de sua zona de influência no Leste Asiático a partir da Coreia, subestimando os esforços norte-americanos na defesa de seus interesses e na busca de parceiros endógenos para a manutenção do seu protetorado ao sul (ARMSTRONG, 2004, págs. 40-41). Consequentemente, podem-se observar algumas diferenças substanciais no modo como cada superpotência agiu na estipulação da ocupação conjunta.

É de suma importância levar em consideração os esforços do povo coreano na criação de uma nova ordem para reestruturação social no cenário pós-liberação colonial. Houve ao longo de todo o território, a instauração de comitês civis populares de gestão autônoma local,

considerando suas condições e interesses. A existência dos comitês, ainda assim, não configurava a existência de um poder central e tampouco coordenação política local, visto que as áreas rurais tinham pouco contato com a capital (ARMSTRONG, 2004, págs. 47-48).

No norte da península, o funcionamento desses comitês era mais coordenado que no Sul e encontrou também legitimação dos soviéticos, que contavam com tais organizações para fazer a gerência do território. É importante citar que quando a ocupação soviética iniciou as lideranças locais já haviam se organizado politicamente para estabelecer reformas sociais – entre elas, a reforma agrária e a expulsão de burocratas e comerciantes imperialistas do território (ARMSTRONG, 2004, págs. 49-50; HONG, 2007, pág. 94).

Já ao sul do Paralelo 38, as autoridades americanas aproveitaram muitos elementos da burocracia colonial na ocupação, se recusaram a reconhecer qualquer autoridade política local e combateram violentamente os esforços dos comitês populares, por temerem atos de subversão e a organização de movimentos políticos a favor do comunismo, o que, em última instância, foi um dos fatores que culminaram na polarização da Coreia e na concorrência entre forças reacionárias de direita locais que dependiam de empreendimentos imperialistas coloniais e apoiavam a iniciativa da ocupação dos Estados Unidos (ARMSTRONG, 2004, págs. 48-49).

Por conseguinte, percebe-se o caráter artificial de divisão da Península Coreana, decorrente da falta de uma política coordenada em longo prazo pelas grandes potências no período da ocupação (VISENTINI *et al*, 2018, pág. 34).

3.1.2. A criação dos Estados rivais: Syngman Rhee (Lee Sung-man) vs. Kim Il-sung (1948)

A independência da Coreia, antecipada por todo o povo ao longo dos 35 anos de ocupação japonesa, em um nível, trouxe consequências maiores do que as antecipadas pelas lideranças locais, visto que, tal decisão veio de lideranças externas que desconsideraram seus esforços e dessa maneira, impuseram seus próprios interesses, principalmente no que diz respeito à falta de preparo das forças de ocupação que sequer tinham conhecimento prévio sobre a situação da Península com o fim da Segunda Guerra (HONG, 2007, pág. 94).

Quando a Coreia foi libertada do domínio japonês em 1945, o povo coreano acreditava na total independência do país, e que este se tornaria uma nação livre e próspera, no entanto com a ocupação pelas forças soviéticas e estadunidenses, a reviravolta que colocou o país completamente sob o domínio das duas potências foi a súbita divisão territorial, que resultou

não só em cisões políticas, mas também ideológicas de um povo antes homogêneo (HONG, 2007, págs. 99-100).

A Ocupação Militar Conjunta tinha como objetivo principal auxiliar no processo de transição política e econômica para então, pensar no relacionamento entre os dois lados da Península e sua eventual unificação. Entretanto, diferenças entre as matrizes de empreendimentos coloniais e, sobretudo, entre as classes políticas organizadas que já existiam na Coreia em 1945, fizeram com que a ocupação falhasse em cumprir o seu propósito, devido ao paradigma de ameaça e hostilidade entre o norte e o sul (HONG, 2007, págs. 94-95).

Diversas características do período da ocupação militar conjunta na Península Coreana contribuíram para a ascensão e competição entre as lideranças da elite política autoritária e conservadora ao sul do Paralelo, além de uma forte guinada de ideologização reconhecida e conduzida pelas superpotências, que constituiu um relacionamento problemático entre os dois lados da Coreia a partir da instauração do governo de cunho liberal na República da Coreia em 15 de agosto de 1948, cujo líder era o anticomunista Syngman Rhee, apoiado pelos Estados Unidos e pela Organização das Nações Unidas (LEE, 1990, pág. 160).

Lee Sung-man nasceu em 1875 na província de Hwang-hae, sendo descendente direto da família real de Jo-seon, enviado para os Estados Unidos pelo rei Ko-jong em 1904 para se familiarizar com os costumes ocidentais onde obteve um título de Ph.D. em Relações Internacionais pela Universidade de Princeton em 1910. Altamente influenciado pelo Confucionismo e pela doutrina Cristã e a doutrina liberal wilsoniana, foi um dos líderes do Movimento de Independência da Coreia de 1919, quando se tornou o primeiro e último presidente do Governo Provisório da República da Coreia em Shang-hai até seu *impeachment* em 1925 (MATRAY, 2004, págs 64-65).

Entre as principais características de Syngman Rhee, estava a familiaridade com os costumes e o *modus operandi* da política norte-americana, o que foi sua principal vantagem na competição para a liderança política liberal na Coreia do Sul, além de seus posicionamentos contra o comunismo e as aspirações da União Soviética na Península Coreana. (HONG, 2007, pág. 53)

Sua aspiração era se tornar o líder de uma Coreia unificada sob a doutrina liberal, portanto, defendia o aumento das capacidades de defesa do seu território, sendo o principal responsável pela extensão dos prazos da ocupação do exército norte-americano junto a Harry Truman e, nunca reconheceu a legitimidade do governo revolucionário de Kim Il-sung, tratando-o como ameaça direta à sua administração (MATRAY, 2004, pág. 72).

Paralelamente aos acontecimentos do Sul, a ocupação soviética no Norte culminou na criação da República Popular Democrática da Coreia em 09 de setembro de 1948, um governo revolucionário de cunho marxista-leninista-nacionalista encabeçado por Kim Il-sung e o Partido dos Trabalhadores da Coreia. No entanto, ao contrário da crença das lideranças políticas e estudiosos ocidentais, a emergência de Kim ao poder no norte da Coreia não está relacionada à uma escolha pessoal de Josef Stalin, mas sim à sua capacidade de coordenação política entre as lideranças no Norte e seus feitos enquanto guerrilheiro pela independência da Coreia (ARMSTRONG, 2004, pág. 39).

Kim Il-sung nasceu em 1912, em Pyong-yang, muito influenciado pelo Confucionismo e pela doutrina Cristã, foi expulso da escola aos 17 anos por atividades revolucionárias e então se tornou guerrilheiro para resistir ao Imperialismo Japonês, e ao longo de sua vida, a luta revolucionária ganhou forma quando o jovem líder passou a estudar a fundo o movimento do socialismo marxista-leninista a partir das experiências na União Soviética (OBERDORFER, 2001, págs. 39-40).

A estrutura social e política na Coreia do Norte pode ser analisada a partir de um viés neoconfucionista, em que a concentração dos poderes e reverência aos líderes são os pontos-chave, além das reformas socialistas às conhecidas burocracias coloniais que datavam desde a Era Jo-seon, como a igualdade de gênero, a reforma agrária, a planificação da economia e o foco na propagação da ideologia revolucionária às massas populares por meio do acesso à educação (VISENTINI *et al*, 2018, págs. 22-23).

Assim como seu rival ao sul, Kim Il-sung estava determinado a reunificar a Coreia a partir de sua visão de mundo, e mesmo que, ao fim da ocupação da União Soviética, as capacidades militares da Coreia do Norte fossem superiores, o líder então temia a capacidade dos Estados Unidos em prover assistência à Coreia do Sul, conseqüentemente, os norte-americanos se tornaram o seu principal obstáculo (MATRAY, 2004, págs. 74-75).

Já no que tange às diferenças substanciais entre um lado e o outro, considerando as matrizes econômicas pré-ocupação: no norte do território estavam localizados os principais terrenos industriais e de extração de minérios, já no sul, cujo solo era bem mais propício a atividades agrícolas, se localizava o cultivo de matérias-primas e alimentos, o que tornava a península complementar por excelência, e por esse motivo, colocava em xeque a estabilidade econômica dos dois lados; ademais, é importante observar que a partir da instauração da divisão da Coreia, desencadearam-se uma série de tensões e conflitos ideológicos acerca da política para a reunificação visto que os dois regimes são mutuamente excludentes e, portanto, reivindicava a soberania de todo o território (HONG, 2007, págs. 96-97).

À vista disso, o cenário na Península Coreana era de constante ameaça e as chances reais de um conflito armado se faziam cada vez mais presentes uma vez que ambos os lados competiam militarmente e visava a partir de uma guerra a anexação do território, entretanto, as superpotências prezavam pela estabilidade e a manutenção do *status quo*, o que, por sua vez apenas postergou o acontecimento por pouco tempo. (MATRAY, 2004, págs. 74-75).

3.2. CARACTERÍSTICAS CENTRAIS DA CONFIGURAÇÃO POLÍTICA SUL-COREANA

Nesta seção do texto, se faz necessário considerar alguns fatores da configuração das instituições políticas que fundamentaram a formação estatal da República da Coreia e observar as distinções de sua contraparte, desde a Intervenção Conjunta que separou a Península Coreana em 1945. Entre eles, estão a influência da doutrina confucionista na política local que resiste desde a Dinastia Koryeo, bem como as raízes do alinhamento direto das lideranças sul-coreanas à política norte-americana no contexto bipolar (VISENTINI *et al*, 2018, págs. 22-23).

3.2.1. O alinhamento automático com os Estados Unidos da América e o bloco capitalista

O grande responsável pelo alinhamento automático dos sul-coreanos aos norte-americanos é Syngman Rhee, que era a principal liderança política no cenário da ocupação, e grande parte do apoio proveniente das elites locais aos Estados Unidos também pode ser justificado por um ponto de vista econômico, uma vez que a aristocracia mantinha o seu status hegemônico por meio de investimentos imperialistas que dependiam do latifúndio e da exploração do trabalho de camponeses (HONG, 2007, pág. 81).

Sem embargo, este fator não explica em sua totalidade a situação, mas também, é importante expor a percepção que estas lideranças liberais conservadoras tinham acerca da popularidade dos movimentos de esquerda entre os trabalhadores, que temiam atos de subversão, e principalmente, manifestações populares por reformas sociais, as quais foram bem-sucedidas no norte da Coreia e em última instância a ascensão do comunismo em toda a península (HONG, 2007, pág. 81).

Visto isso, o papel dos Estados Unidos frente às condições locais foi de suma importância para a revitalização cultural da burguesia sul-coreana, que tinha contato direto com os costumes ocidentais a partir da educação no exterior, e conseqüentemente, assimilou valores liberais à sua tradição confucionista de sociedade. Além de claro, ser o principal

patrocinador dos investimentos no aparelhamento militar e tecnológico primário da Coreia do Sul, através de diversos planos de suporte financeiro e militar desde a ocupação conjunta em 1948 até a década de 60 (HONG, 2007, pág. 81).

É fundamental entender o peso da dinâmica bipolar sob o território coreano, sobretudo, das relações bilaterais entre os sul-coreanos e estadunidenses, pois o objetivo principal dos Estados Unidos em investir na península e interferir diretamente nas relações intercoreanas busca maximizar seu polo de influência em detrimento do avanço de regimes comunistas no Leste Asiático, como na China e no Vietnã (WANG, 1999, pág. 177).

3.2.2. O conceito de presidência imperial e a influência do confucionismo na política coreana

A filosofia confucionista que se origina na China, é agregada aos valores e costumes coreanos a partir dos primeiros contatos diplomáticos dos reinos coreanos com a Dinastia Qin em 108 a.C., implica, sobretudo, numa estrutura de poder patriarcal e hierarquizada, que preza pela resistência das tradições e pelo absoluto respeito aos mais velhos e aos líderes e por fim, transborda para as instituições sociais, políticas e econômicas e influencia, inclusive para a tradição de política externa da Coreia (VISENTINI *et al*, 2018, pág. 22).

Em termos gerais, o confucionismo influencia bem mais nas condições da política coreana do que lideranças e estudiosos ocidentais assimilam, visto que, grande parte das estruturas tradicionais do poder político na Coreia ainda podem ser percebidos e explicados através do viés confucionista, principalmente no que tange à busca pelo equilíbrio de poder e a força dos líderes executivos na burocracia governamental coreana (MOON, 2018, pág. 7).

O conceito de presidência imperial é fundamental para compreender essa particularidade observada na política sul-coreana, pois implica que o presidente é como o rei e a sociedade vive em conformidade com a autoridade do executivo em detrimento da deficiência dos demais poderes em agirem como freios e contrapesos (MOON, 2018, pág. 7).

De acordo com a tradição política sul-coreana, o chefe do executivo pode monopolizar os aparatos de inteligência e segurança, bem como, exercer o controle vertical da burocracia especializada – poder judiciário e forças de segurança - por meio de nomeações pessoais, isto é, uma vez que o presidente chega ao poder ele não só tem o controle de sua base aliada, mas também dos partidos opositores. (MOON, 2018, pág.7).

Em decorrência disso, pode-se observar uma tradição de corporativismo estatal característico do sul da Coreia, em que diversos setores estão competindo politicamente por

mais vantagens, geralmente financeiras – sendo os *chaebols*², as figuras de maior relevância na hierarquia social. Além da relativa fraqueza que os demais poderes e a sociedade civil coreana têm para combater ativamente esta estrutura desigual de poder (MOON, 2018, pág.7).

3.2.3. O capitalismo estatal e o papel do executivo na gestão econômica

Já a noção do capitalismo estatal significa que o Estado não é uma soma de interesses pluralistas e tampouco, um instrumento de dominação das elites locais, mas pode ser uma entidade autônoma e desenvolvimentista independente de sua captura social (MOON, 2018, pág. 12).

Esta configuração estatal pode ser observada na maior parte dos Estados no Leste Asiático a partir de sua modernização econômica e política na década de 1960, e segundo o cientista político sul-coreano Moon Chung-in:

a principal finalidade desse modelo estatal é garantir o aparelhamento da burocracia especializada para conduzir o desenvolvimento científico e tecnológico que resulta em matrizes econômicas mais diversificadas e robustas (MOON, 2018, pág. 12).

Nesse sentido, mais uma vez o papel do chefe do poder executivo é de suma importância para compreender a evolução do capitalismo na Coreia do Sul, que corresponde diretamente àquilo que o governante e sua burocracia especializada consideram prioridade e interesse nacional (MOON, 2018, pág. 13).

3.3. CARACTERÍSTICAS CENTRAIS DA CONFIGURAÇÃO POLÍTICA NORTE-COREANA

É importante destacar, a princípio, que embora a influência e a aproximação ideológica das lideranças locais ao núcleo do Partido Comunista Soviético tenham sido fundamentais para o estabelecimento de boas relações entre os norte-coreanos e soviéticos, este fator, por si só, não explica como um governo revolucionário de cunho marxista-leninista-nacionalista encontrou condições ideais e legitimidade local para se tornar uma unidade estatal autônoma ao fim da ocupação soviética em 1948. (ARMSTRONG, 2004, págs. 3-4). Por esse motivo, esta seção põe em voga alguns dos fatores endógenos que legitimaram a política norte-coreana no contexto da Guerra Fria.

Ao contrário do que acreditam os líderes e estudiosos ocidentais, a Revolução Socialista na Coreia do Norte não é um produto do controle soviético, mas sim, um evento paralelo e fundamentado em configurações da própria sociedade norte-coreana, que após a

² Lobbies compostos por membros de conglomerados industriais na Coreia do Sul; é a classe social com maior poder aquisitivo.

exploração colonial e o advento de uma série de empreendimentos imperialistas, teve a possibilidade de desenvolver uma classe operária e muitas desigualdades em decorrência da estrutura social que pouco havia se adaptado às necessidades dos tempos contemporâneos (ARMSTRONG, 2004, pág. 4)

Por conseguinte, quando a ocupação soviética iniciou em 1945, já havia esforços endógenos na promoção de reformas sociais para a transição política pós-colonial, que culminou na ascensão de Kim Il-sung como líder de uma Coreia comunista. No entanto, podem-se observar muitas diferenças no que tange à ideologia implementada no curso da atividade política, cujas principais características vinham da ênfase à ideia *Juche* e uma abordagem internacionalista do socialismo, traduzida no apoio direto a outros líderes do mundo socialista e o alinhamento estratégico com Josef Stalin e Mao Ze-dong (ARMSTRONG, 2004, pág. 4).

3.3.1. A ideia *Juche* e sua importância para o pensamento sócio-político coreano

A Ideia *Juche* é um sistema teórico ideológico antropocêntrico baseado no materialismo marxista e no socialismo científico, pautada na fase de consolidação do Estado socialista, de organização social para a transição do socialismo ao comunismo. Nesse sentido, as massas populares são o cerne da construção da revolução socialista na Coreia (KIM, 1982, pág. 5).

A Ideia *Juche* é por excelência um pensamento autóctone, que tem como finalidade última a busca do desenvolvimento e da autonomia através de esforços próprios em três campos considerados fundamentais para a consolidação do socialismo na Coreia. Ao mesmo tempo em que a ideia *Juche* é uma revolução ideológica, é também uma revolução técnico-científica e sociopolítica (KIM, 1982, pág. 5).

No campo da ideologia, o *Juche* representa uma ênfase no aspecto humano da revolução, uma vez que o ser humano é o centro desta filosofia de autossuficiência, porque constrói sua própria realidade a partir do pensamento político autônomo, tendo como base a doutrina marxista-leninista e o confucionismo, e, constitui dessa forma a base cultural e idealista da revolução (KIM, 1982, pág. 8).

Já no sentido da revolução técnico-científica, o *Juche* estabelece que a vontade humana seja fundamental para o desenvolvimento autônomo das forças produtivas, que por sua vez, fornece as bases materiais da revolução a partir de uma visão de independência e colaboração do povo para o benefício mútuo, ou seja, os trabalhadores atendem suas próprias necessidades de forma independente da natureza (KIM, 1982, pág. 28).

A ideia *Juche* é uma revolução sociopolítica, pois representa a emancipação ideológica do povo, que transforma a partir de seus próprios esforços as estruturas subservientes do imperialismo em uma forma ativa de se fazer política, em que as aspirações das massas se tornam força motriz do progresso social contínuo e constroem novas dinâmicas coletivas do exercício político (KIM, 1982, pág. 34).

É importante observar que aspectos endógenos da sociedade coreana também influenciaram para o estabelecimento da Ideia *Juche*, tais como os princípios fundadores do nacionalismo coreano que são o humanismo e o altruísmo, bem como, o confucionismo ortodoxo que baseia a estrutura da sociedade coreana, e a tendência a priorizar mais o campo idealístico da revolução que as condições materiais propriamente ditas fizeram com que a revolução socialista na Coreia ganhasse características distintas de outras revoluções na Rússia, no Vietnã e na China (ARMSTRONG, 2004, pág. 4).

Por conseguinte, a Ideia *Juche* não é apenas uma doutrina marxista adaptada à realidade coreana, mas representa, sobretudo, raízes profundas nos valores coreanos tradicionais e também, possui um grande apelo anti-imperialista por excelência, pois ao mesmo tempo em que preza pela sua independência, rejeita as estruturas hegemônicas de dominação externa (OBERDORFER, 2001, pág. 43).

3.3.2. O alinhamento com o bloco socialista e o relacionamento com Stalin e Mao

Assim como a sua contraparte no sul, o alinhamento político ideológico da Coreia do Norte com o bloco socialista fez parte de uma iniciativa de Kim Il-sung em buscar legitimidade no cenário internacional e parceiros comerciais. No entanto, o relacionamento pessoal do líder norte-coreano com Josef Stalin e Mao Ze-dong foi fundamental para estabelecer o desenvolvimento econômico e apoio militar que o Estado norte-coreano ainda recente necessitava para despontar em vantagem ao regime rival no sul (VISENTINI *et al*, 2018, pág. 65).

Diante disso, a diplomacia exercida por Kim Il-sung transitava entre a União Soviética e a China na fundação de uma aliança estável entre a Coreia do Norte e as duas maiores potências socialistas para atender suas necessidades através de uma postura bastante prudente, pragmática e calculista, cultivando a amizade e cooperação dessas lideranças para com a Coreia do Norte (OBERDORFER, 2005, págs. 41-42).

O que pode ser observado mais claramente no contexto pós-guerra, que foi de suma importância para consolidar este paradigma internacionalista da política externa norte-coreana, é que mesmo prezando pela independência e pela busca de desenvolvimento através

do próprio esforço, Kim Il-sung soube cooperar com as potências socialistas para construir um Estado resiliente, tendo em vista as sanções e bloqueios econômicos aplicados pelos Estados Unidos (ABRAMS, 2020, pág. 285).

3.4. A TENTATIVA DE REUNIFICAÇÃO ARMADA: GUERRA DA COREIA (1950-1953)

A divisão da Península Coreana e a falta de coordenação e iniciativas das superpotências para viabilizar a reunificação do território resultaram em ainda mais problemas, visto que, a concorrência política em decorrência da polarização e da institucionalização de dois regimes mutuamente excludentes, que reivindicavam a soberania total sob o território das Coreias, o relacionamento entre os dois lados envolvia tensão constante, hostilidade e violência, conseqüentemente a coexistência se tornou uma realidade a cada dia mais distante e as diferenças políticas e ideológicas alastraram-se para o campo social e cultural de um povo antes completamente homogêneo (ABRAMS, 2020, pág. 57; MA, 2010, págs. 11-12).

No entanto, podem-se destacar as diferenças econômicas que legitimavam as condições de funcionamento nos novos Estados como a primeira motivação para o conflito armado entre as Coreias. Enquanto a infraestrutura e a organização política no norte eram mais expressivas, no sul observavam-se poucos incentivos e planejamento econômico considerando a desvantagem estratégica em relação ao desempenho no norte, o que durante os primeiros anos resultaram em piores condições de vida e um sentimento de revolta do povo sul-coreano com relação ao líder Syngman Rhee, cuja popularidade dependia somente do relacionamento com os norte-americanos (ABRAMS, 2020, págs. 57-58).

Diante da fragilidade sul-coreana em se estabelecer economicamente e do desempenho insuficiente da liderança, o cenário que se previa era de que logo o norte poderia se tornar soberano de todo o território em um curto espaço de tempo e as disparidades econômicas seriam um fator essencial para compreender os fatos que se seguiram, e, nesse sentido, o papel dos Estados Unidos enquanto potência patrocinadora tanto militar quanto econômica da República da Coreia foi ainda mais importante para sustentar o regime de Syngman Rhee, o que em última instância, tornou-se outro grande motivo para o conflito armado, pois, as lideranças norte-americanas se opuseram a qualquer iniciativa de unificação pacífica das Coreias (ABRAMS, 2020, págs. 57-58).

É importante destacar que desde 1948, quando foram institucionalizadas as duas Coreias já havia grandes litígios e conflitos internos, no entanto, foi só a partir de 1949

quando formalmente a União Soviética e a China manifestaram apoio à Coreia do Norte, que o conflito tomou forma. Em 1949, a União Soviética se torna uma potência nuclear e em retaliação à criação da OTAN, Stalin aceitou os planos de Kim Il-sung para a Coreia, levando em consideração a pouca relevância que o território tinha para seu próprio projeto geopolítico, ao qual interessava muito mais o domínio no Leste Europeu. Já na China ocorreu a revolução comunista sob o comando de Mao Ze-dong, fato que influenciou bastante no cálculo estratégico para o Leste Asiático a partir de então (VISENTINI *et al*, 2018, pág. 45).

Ambos os líderes consideraram que tanto os Estados Unidos quanto o Japão não se envolveriam demasiado caso a guerra acontecesse, o Japão ainda tinha de se recuperar dos efeitos da Segunda Guerra, e os Estados Unidos não havia intervindo no conflito na China, seus interesses estratégicos estavam voltados a frear o avanço do comunismo na Europa, portanto, naquele momento não se tinha certeza sobre uma intervenção na Coreia (VISENTINI *et al*, 2018, pág. 45).

É importante perceber que, em relação às Coreias, os Estados Unidos desconsideravam todos os fatores internos que levaram à polarização e o conflito armado, que ambos os lados da Península estavam dispostos a guerrear pela legitimidade no seu território, e que não existindo as vantagens estratégicas que o norte tinha sobre o sul, a guerra aconteceria muito mais cedo. Já o principal motivo pelo qual o conflito na Península Coreana escalou foi o nacionalismo ortodoxo coreano, que após a adoção de sistemas dissidentes, e os contrastes políticos, sociais e econômicos observados ainda assim não eram capazes de conter a determinação do povo coreano em realizar a reunificação do país a todo custo (MATRAY, 2004, pág. 72).

No dia 25 de junho de 1950, a guerra começou oficialmente com o ataque na província de Ongjin e logo tomou conta de todo o paralelo 38, quando as tropas revolucionárias do norte avançaram até Seul, buscando eliminar a fronteira arbitrária e realizar a reunificação com o apoio da população insatisfeita com o regime de Syngman Rhee (OBERDORFER, 2001, pág. 29).

A invasão foi imediatamente contestada por forças da Organização das Nações Unidas sob a resolução 84 de 07 de julho de 1950, mobilizada em grande parte pela hegemonia norte-americana e sua base aliada que incluía tropas de 15 outros países como Grã-Bretanha, Austrália, Canadá e Turquia (VISENTINI *et al*, 2018, pág. 47).

A guerra na Coreia foi fundamental para estabelecer o paradigma da Guerra Fria, em que os Estados Unidos abriram mão de uma política de desarmamento pós-1945 para frear o avanço do comunismo e partir para um conflito indireto com a União Soviética e a China na

garantia de seus interesses, nesse sentido, a Coreia foi um divisor de águas na história das guerras porque embora as superpotências envolvidas não tenham usado as armas nucleares que dispunham, fizeram mudanças substanciais em suas respectivas políticas armamentistas e incentivaram suas indústrias de armas na produção de novas tecnologias, estas que foram testadas em batalha na Coreia e elevaram exponencialmente o potencial destrutivo que ocasionou a morte de cerca de 20% da população da Península entre militares e civis e a perda de infraestrutura nos bombardeios e ataques aéreos (OBERDORFER, 2001, págs. 29-30; ABRAMS, 2020, pág. 85).

Entre as principais consequências da Guerra da Coreia está a persistência das dissidências ideológicas e políticas em um nível ainda mais rígido, que sustenta o conflito para além dos três anos de guerra oficial, para além das relações institucionais, da polarização da classe política e do paradigma de constante ameaça com o qual convive o povo coreano, a guerra separou famílias e pessoas comuns e a unidade homogênea que antes foi a Coreia por milênios se rompeu em decorrência do conflito prolongado pela assinatura do armistício em 27 de julho de 1953, que pôs um fim imediatista e provisório no confronto armado (OBERDORFER, 2001, pág. 31).

3.4.1. O papel das grandes potências no conflito

Devido à localização estratégica da Península Coreana, é importante observar o contexto no qual o caráter internacionalista da Guerra da Coreia, colocou o território em voga no cenário internacional e envolveu, sobretudo, as grandes potências interessadas no conflito, além de Estados Unidos e União Soviética que foram responsáveis pela tutela da Península de 1945 a 1948, também é de suma importância analisar a relação dos principais atores no Leste Asiático que são China e Japão.

3.4.1.1. Estados Unidos da América

Entre as razões para o envolvimento dos Estados Unidos na Guerra da Coreia está a importância geopolítica estratégica da Península Coreana no objetivo de frear o crescimento do comunismo no Leste Asiático depois da vitória de tropas revolucionárias no Vietnã e na China em 1945 e 1949, respectivamente, a Coreia tornou-se então uma zona de contenção e posicionamento estratégico de tropas norte-americanas desde o período da ocupação militar em 1945 para assegurar uma vitória ideológica, militar e política aos Estados Unidos caso ocorressem conflitos diretos o bloco comunista no Pacífico (HONG, 2007, pág. 88).

É importante considerar também, que no contexto da Guerra Fria, o domínio norte-americano deste território significaria além de uma vitória geopolítica, uma vitória econômica através do acesso terrestre à China e à União Soviética, o que em última instância possibilitaria a criação de novas rotas comerciais no Leste Asiático em que a vantagem seria dos Estados Unidos para acessar o Pacífico (MA, 2010, pág. 11).

Já acerca da intervenção da Organização das Nações Unidas na Guerra, liderada pelas forças norte-americanas e o general Douglas MacArthur, que só foi possível por causa da mobilização dos Estados Unidos no Conselho de Segurança, e na época também assistia o boicote soviético em apoio a China comunista, observa-se que através do mecanismo da mobilização internacional em torno do conflito, os Estados Unidos apenas teriam conseguido legitimar suas próprias decisões, com certa facilidade, para abafar o conflito e garantir a manutenção do *status quo*, exercendo poder e influência direta sobre o curso dos eventos que se deram na Península Coreana a partir da guerra (HONG, 2007, pág. 81; ABRAMS, 2020, págs. 64-65; VISENTINI *et al*, 2018, pág. 47).

3.4.1.2. União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (Rússia)

Embora os interesses da União Soviética na Guerra da Coreia, em essência fossem similares aos norte-americanos, isto é, prestar apoio aos aliados norte-coreanos e garantir sua zona de influência na Ásia e um entorno estratégico mais tranquilo, observa-se que a abordagem de Stalin acerca da Península Coreana foi diferenciada, pois a União Soviética não se envolveu diretamente no conflito, forneceram equipamento ao exército revolucionário da Coreia mas estavam à margem, temendo ofensivas americanas diretas na Europa por meio da mobilização da OTAN (VISENTINI *et al*, 2018, pág. 47).

No entanto, a Guerra da Coreia representou para os soviéticos um grande ponto de inflexão no relacionamento com os Estados Unidos e o bloco ocidental no cenário internacional. Os recentes avanços da economia planificada, o desenvolvimento industrial de Stalin e a bem-sucedida nuclearização da União Soviética em 1949, somadas a iminente vitória militar da Revolução Coreana que colocava estrategicamente a Coreia como pivô no jogo político bipolar, congelaram os esforços anteriores de Stalin em estabelecer a coexistência pacífica com os norte-americanos e estabeleceu permanentemente o paradigma de competição militar e ideológica característico da Guerra Fria (ABRAMS, 2020, pág. 72).

3.4.1.3. China

O envolvimento da China no conflito coreano tem relação direta com a Revolução Chinesa de 1949, Mao Ze-dong viu uma oportunidade na Guerra da Coreia para recuperar o território de Taiwan e realizar sua própria reunificação, considerando o apoio direto que a parte insular da China possuía por parte dos americanos. Outro motivo que explica o apoio da China à Coreia do Norte é que a revolução comunista chinesa contou com o apoio militar de Kim Il-sung, portanto Mao Ze-dong estava retornando ao seu aliado o que lhe foi prestado um ano antes e o objetivo principal dos chineses era garantir um entorno estratégico pacífico e certa estabilidade regional para que os efeitos negativos da guerra tivessem menos influência no território chinês (WANG, 1999, pág. 171; ABRAMS, 2020, pág. 71; CUMINGS, 2005, pág. 260).

3.4.1.4. Japão

Por influência de diversos fatores de caráter histórico, principalmente, com relação à ocupação japonesa e ao passado colonial da Coreia, os nipônicos mantiveram uma postura de alerta, em decorrência das grandes consequências que o conflito coreano tinha à sua segurança nacional. Os japoneses temiam que a reunificação do país sob a bandeira socialista resultaria em uma grande onda de nacionalismo que por fim traria um conflito nipo-coreano sem precedentes, levando em consideração a fortificação militar da Coreia e os apoios regionais em questão (WANG, 1999, pág. 178).

Por essa razão, os japoneses acreditavam que a manutenção do *status quo* e do equilíbrio de poder vigentes eram a melhor opção para resguardá-los de uma possível ameaça representada pela Península Coreana unificada e fortemente militarizada. Dessa maneira, é possível encontrar parâmetros para os arranjos defensivos presentes na política externa japonesa a partir do acordo bilateral de segurança mútua assinado com os Estados Unidos, em 1951, em meio a Guerra da Coreia, cuja justificativa é a grave vulnerabilidade japonesa a quaisquer mudanças estruturais na situação da divisão coreana (WANG, 1999, pág. 178; MATRAY, 2004, pág. 87).

O principal objetivo do Tratado de Segurança Mútua era possibilitar padrões para a segurança coletiva no Leste Asiático por meio da cooperação militar entre o Japão e os Estados Unidos a fim de preservar os seus interesses na região. Esta aliança foi determinante para os rumos da geopolítica regional, uma vez que aliados, estes países mantiveram o *status quo*, abafando a emergência de outros polos de poder regionais e sustentando a divisão arbitrária da Coreia (EBERSTADT, 1997, pág. 83).

3.5. A MUDANÇA DE PARADIGMA NO RELACIONAMENTO ENTRE AS COREIAS A PARTIR DA DÉTENTE E O ESTABELECIMENTO DAS BASES PARA A REUNIFICAÇÃO (1962-1988)

3.5.1. Consequências imediatas da Guerra Fratricida para as relações intercoreanas: década de tensão e conflitos (1960-1970)

Os anos 1960 foram, então, marcados por uma grande tensão militar entre as Coreias e uma série de movimentações estudantis em prol da reunificação coreana, visto que, o projeto de governo sul-coreano prezava pela competição militar e econômica com o norte, ainda marcados por uma grave crise econômica, reforçando ainda mais o antagonismo entre os dois lados do Paralelo 38, o que fez com que a massa popular se revoltasse contra a corrupção e as medidas impopulares tomadas pelo governo autoritário de Syngman Rhee, e fez com que o líder renunciasse o governo e entrasse em exílio nos Estados Unidos (HONG, 2002, pág. 1238; MOON, 2018, pág. 16).

Entre as principais pautas do movimento revolucionário neste período estavam a democratização, o desenvolvimento econômico e um relacionamento pacífico entre o Norte e o Sul para a reunificação da Península Coreana. Os fatores influenciadores destas demandas estavam fortemente ligados às relações internacionais no contexto da Guerra Fria. Diante disso, o futuro das Coreias era incerto e contaram ainda mais com o apoio econômico das grandes potências em um cenário de grande instabilidade política e conflito prolongado, de mobilização constante das forças policiais contra a população em decorrência das manifestações pró-reunificação e o acontecimento que marcou o período pós-guerra foi o atentado de soldados norte-coreanos à Casa Azul, a residência presidencial sul-coreana em 1968 (MOON, 2018, pág. 16; HONG, 2002, pág. 1238).

Após a renúncia de Syngman Rhee em 1960, houve na Coreia do Sul um esforço legislativo de implementar o sistema parlamentarista ao invés do sistema presidencial por meio de uma emenda constitucional e a promoção de novas eleições vencidas pelo candidato liberal-democrata Yoon Bo-seon, no entanto, a conjuntura problemática da política e da economia sul-coreana e as sucessivas falhas nos planos de recuperação, ocasionaram em 16 de maio de 1961, um golpe militar liderado pelo general Park Chung-hee que pôs fim na curta Segunda República Sul-Coreana (MOON, 2018, pág. 2).

3.5.2. O Governo de Park Chung-hee (1961-1979)

Park Chung-hee era um general do Exército da República da Coreia, que nasceu em Gumi, na província de Gyeon-sang do Norte em 14 de novembro de 1917, antes de se juntar

ao exército imperial na Manchúria exerceu a profissão de educador infantil, altamente influenciado pela família e pela doutrina confucionista, treinado ainda no período colonial pela Academia Imperial Japonesa, teve contato com os ideais liberais norte-americanos e se declarava um nacionalista, seu estilo de governo era autoritário e baseado no anticomunismo ferrenho (MOON, 2018, págs. 9-10).

Os princípios pelos quais se basearam o golpe militar de 1961 foram o nacionalismo, o forte anticomunismo e uma retórica anticorrupção, além de um forte desejo por buscar o desenvolvimento econômico e industrial incipiente através da introdução do modelo econômico do capitalismo estatal, em que o executivo tinha um papel fundamental. Seu governo na Coreia do Sul é dividido em três grandes períodos: o primeiro mandato democrático de 1963 a 1967, o segundo mandato democrático de 1967 a 1972, e o regime Yushin que durou de 1972 até a morte de Park Chung-hee em 1979 (MOON, 2018, pág. 2).

Depois de ceder a grandes pressões por parte dos Estados Unidos, Park concorreu e venceu um processo eleitoral democrático em 1963 que garantiu o seu primeiro mandato como presidente, marcado por reformas administrativas, e pelo início de um grande plano de industrialização de base, através da coalizão entre os setores produtivos, que foi o primeiro passo para garantir certa estabilidade econômica ao sul da Coreia (KIM *et al*, 2011, pág. 95).

A institucionalização da Agência Central de Inteligência Coreana (em inglês, KCIA) como burocracia especializada do governo de Park Chung-hee foi fundamental para o sucesso na recuperação da economia sul-coreana por meio da organização de todos os mecanismos políticos de planejamento e execução de políticas públicas, como os ministérios de finanças, de indústria e comércio e o de assuntos domésticos sob os quais Presidente Park observava de perto. Ao contrário do que parecia aos espectadores ocidentais, a implementação bem-sucedida do capitalismo estatal na Coreia foi responsabilidade da Agência de Inteligência (KIM *et al*, 2011, pág. 95).

Já o segundo mandato de Park, é característico por uma maior abertura política e a ascensão de novos atores e oposição popular, burocratas e, sobretudo, a classe de *Chaebols* que formava a base aliada de seu governo. O autoritarismo conhecido por reger as relações sociais e o relacionamento conturbado com o norte da Coreia também foi significativo em detrimento do pragmatismo que fortaleceu a economia neste mesmo período (MOON, 2018, pág. 2; MOON *et al*, 2001, pág.60).

No entanto, apenas em 1972 com a promulgação da lei marcial e o surgimento do Regime Yushin este aspecto ficou mais evidente, com uma série de medidas impopulares e antidemocráticas, visando o controle não só da economia, mas também da sociedade. Pode-se

observar que a democracia sul-coreana nunca foi de fato estabelecida, mas a ideia de democracia foi baseada no princípio de anticomunismo e no instinto de sobrevivência frente à ameaça representada pela Coreia do Norte, que justifica o motivo pelo qual a elite sul-coreana incentivou o povo a abrir mão de suas liberdades sociais e individuais em favor do desenvolvimento econômico e a legitimação da repressão política em nome da segurança nacional (MOON, 2018, pág. 3; PARK *et al*, 2001, págs. 8-9).

3.5.2.1. Sua política anticomunista (Lei de Segurança Nacional)

O anticomunismo é uma ideologia política que permeia as crenças disseminadas no psicológico dos sul-coreanos e sob a qual se formam e se concentram os interesses políticos coletivos da burocracia especializada e dos aristocratas, que resulta na máquina estatal da Coreia do Sul. Através da educação, o anticomunismo somou-se a identidade nacional sul-coreana, de forma a diferenciá-los substancialmente de suas contrapartes no norte e também está presente no arcabouço jurídico formatando a conduta social do povo, legitimando a violência estatal para garantir a manutenção do poder e a sobrevivência do Estado (KIM, 2017, pág. 3).

A Lei de Segurança Nacional assegura a segurança estatal por meio do controle de atividades que potencialmente comprometem a subsistência do aparelho estatal e seus nacionais, isto é, a lei serve como mecanismo jurídico para condenar práticas consideradas insurgentes e pró-comunistas, tais como: o contato com norte-coreanos e o engajamento em manifestações sociais e atentados paramilitares contra o governo, embora exista desde a formação do Estado sul-coreano em 1948, a partir de Park Chung-hee foi incorporada à vida social de forma mais efetiva devido à grande insatisfação popular com a maneira que o relacionamento com a Coreia do Norte e as negociações para a reunificação estavam comprometidos pelo paradigma bipolar (MOON, 2018, pág. 3; PARK *et al*, 2001, págs. 8-9).

Por conseguinte, as principais demandas da movimentação popular neste período estavam fortemente ligadas às relações internacionais no contexto da Guerra Fria. A *détente*³ já era uma realidade na política internacional e a possibilidade do conflito iminente entre as duas superpotências foi substituída pela reconciliação e o reconhecimento do princípio da coexistência pacífica entre os blocos capitalista e comunista, visando, sobretudo, o desenvolvimento econômico mútuo (HONG, 2002, págs. 1239-1240).

³ A *Détente* é o período dos anos 60 e 70 que marcou diversas tentativas das superpotências para estabelecer um relacionamento mais pacífico.

3.6. A DÉTENTE E A MUDANÇA DE PARADIGMA NO RELACIONAMENTO ENTRE AS COREIAS

A década de 1970 trouxe mudanças no relacionamento entre os Estados Unidos e a União Soviética e por consequência, insatisfações da parte de Park Chung-hee e da gestão sul-coreana com os norte-americanos. Kim Il-sung viu, então, uma oportunidade para o diálogo norte-sul, com o objetivo de se aproximar do líder sul-coreano, sabendo que Park Chung-hee e a Agência Central de Inteligência tinham total controle das decisões políticas, para aproveitar-se da desconfiança do sul na gestão de Richard Nixon e dialogar a retirada das tropas norte-americanas do território da Península, bem como, averiguar o caráter das relações diplomáticas com o Japão (OBERDORFER, 2005, págs. 49-50)

Considerando que, o cenário internacional propiciava a institucionalização de um melhor relacionamento entre as Coreias, em quatro de julho de 1972, ocorreu a Declaração Conjunta que consistia em princípios comuns para a reunificação pacífica da Península. Para o povo coreano, a unidade nacional significava naquele contexto, o fim das ingerências externas nos seus assuntos internos, defendendo o princípio da soberania e da identidade nacional (HONG, 2007, pág. 239).

3.7. A DECLARAÇÃO CONJUNTA DE 4 DE JULHO DE 1972 E O ESTABELECIMENTO DE BASES PARA A REUNIFICAÇÃO

As negociações iniciaram indiretamente entre o diretor da Agência Central de Inteligência Coreana, Lee Hu-rak e o líder norte-coreano Kim Il-sung em visitas extraoficiais à Pyong-yang, que iniciaram em maio de 1972. O diálogo foi marcado pela expressão da antipatia de ambos pela interferência das grandes potências no seu território e também, da importância da negociação independente do acordo que decidiria o futuro da Península Coreana (OBERDORFER, 2005, pág. 47).

A Declaração Conjunta de 4 de julho de 1972 foi concluída e assinada pelo enviado de Kim Il-sung a Seul, Park Seung-chul e o presidente Park Chung-hee. A Declaração versa sobre os princípios basilares do processo de reunificação das Coreias, sendo:

a autonomia e rejeição à intervenção externa nas negociações; a busca pela diplomacia e o uso de instrumentos pacíficos para evitar conflitos internos; e, priorizar a identidade étnica-cultural homogênea em detrimento dos sistemas políticos-ideológicos dissidentes, para reforçar a unidade nacional. Em essência, a reunificação coreana significa a rejeição à dominação hegemônica e a recuperação total da soberania nacional (OBERDORFER, págs. 47-48; MA, págs. 12-13).

Entretanto, ambos os líderes viam com desconfiança a negociação e falharam em implementar de fato tais princípios para construir o arcabouço político comum necessário para

seguir com a reunificação e decidir de que forma esta aconteceria. Embora tenha sido um passo importante para o futuro da Coreia, naquele momento as instituições que exerciam poder em ambos os Estados eram fundamentadas pela rivalidade e competição, o que explica a falta de comprometimento real na aplicação prática do que foi acordado na Declaração Conjunta (OBERDORFER, 2005, pág. 52).

3.8. O GOVERNO DE CHUN DOO-HWAN E O ISOLAMENTO DA PENÍNSULA COREANA (1980-1987)

Após o assassinato de Park Chung-hee em 1979, outro militar assumiu o poder na Coreia do Sul através de golpe, de caráter provisório. Chun Doo-hwan foi um general que coordenou a ofensiva sul-coreana na Guerra do Vietnã, conhecido por ser demasiado ortodoxo e calculista. Este foi o período conhecido pela política altamente repressiva frente às manifestações populares e o acontecimento marcante foi o massacre de Gwang-ju em 1980 que legitimou, através da violência estatal, a tomada de poder de Chun (OBERDORFER, 2005, pág. 213; MOON, 2018, pág. 5).

O uso ainda mais intenso da burocracia especializada para controlar a população e manter o poder de coerção do Estado fez com que o autoritarismo já característico dos líderes sul-coreanos escalasse em níveis até o momento desconhecidos e rendeu o reconhecimento internacional às posturas governamentais para a contenção do comunismo na Coreia com o apoio direto de Ronald Reagan e dos Estados Unidos, tal como foi característico na América Latina (OBERDORFER, 2005, pág. 213; KIM, 2017, pág. 4).

Em face da instabilidade política e econômica interna, o relacionamento com o norte da Coreia estava novamente congelado, e poucos foram os avanços para superar o isolamento e o atraso da Península Coreana no cenário internacional, uma vez que nos países ocidentais o paradigma de relacionamento evoluía para maiores interações em nível globalizado através de organismos internacionais (MOON *et al*, 2001, págs. 49-50).

Nesse sentido, a transição democrática se fez necessária e novamente houve mudanças substanciais na prática política local para a adequação ao paradigma neoliberal e uma maior inserção internacional para além da perspectiva bipolar de conflito e competição (MOON, 2018, pág. 5; OBERDORFER, 2005, pág. 215).

3.9. O PRAGMATISMO COMO VIA DE SUPERAÇÃO DAS DIFERENÇAS (1988-2018)

3.9.1. A transição democrática e as mudanças no relacionamento intercoreano: introdução do princípio do pragmatismo

A Coreia do Sul definida por 30 anos de grandes desafios para o desenvolvimento econômico, a industrialização e, sobretudo, pela instabilidade política decorrente de governos militares e autoritários, no final de 1987 passou por uma transformação social sem precedentes quando Roh Tae-woo assumiu o processo de redemocratização e priorizou a inserção de valores liberais que até então, só faziam parte da prática política ocidental, o que foi de suma importância para a recuperação não apenas da economia, mas também das instituições que baseiam as relações sociais tradicionais no sul da Coreia (BEDESKI, 1994, pág. 17).

A influência da doutrina neoliberal, em última instância também contribuiu imensamente para a projeção e execução da política externa sul-coreana, sob uma postura pragmática e objetiva que respingou nas relações intercoreanas depois de um período de isolamento proposital em que pouco se avançou nas negociações para a reunificação (BEDESKI, 1994, pág. 17; MOON, 2018, págs. 5-6).

3.9.2. O governo de Roh Tae-woo e propostas concretas para a reunificação (1988-1993)

Pela primeira vez na história recente do sul da Coreia, um presidente foi eleito através de eleições diretas, e o objetivo principal de Roh Tae-woo era renovar as estruturas políticas autoritárias tradicionais, inserindo os valores de democracia e liberdade individual. As reformas sociais incluíram a revisão da constituição e a concessão de anistia, bem como, a concessão de liberdade de expressão à imprensa e demonstrações culturais populares. Já no campo político, houve tentativas de solucionar o problema da polarização política através da fusão dos três maiores partidos de cunho liberal-democrático para a formação de uma frente ampla, assim como o incentivo à participação popular e à recuperação dos setores produtivos para diversificação da base de apoio governista (BEDESKI, 1994, págs. 39-40).

A gestão de Roh Tae-woo foi marcada pela implementação de reformas neoliberais e uma abordagem contemporânea e pragmática de política externa que guiou também os debates acerca da reunificação da Península Coreana (MOON, 2018, pág. 16). Vários eventos demonstraram os resultados positivos dos esforços para a inserção internacional da Coreia do Sul, entre eles: as Olimpíadas de verão de 1988 em Seul – que sofreu boicote por parte da

Coreia do Norte e aliados socialistas como Cuba, Etiópia e Nicarágua – e o ingresso da República da Coreia na Organização das Nações Unidas em 8 de agosto de 1991 (BEDESKI, 1994, pág. 40).

O relacionamento intercoreano viu avanços significativos quando a partir de 1992, as lideranças no norte e no sul passaram a tratar de forma clara e objetiva, possibilidades de reunificação política concreta da Península, considerando os princípios acordados 20 anos antes e o novo paradigma que se mostrava no cenário internacional com o fim da Guerra Fria (MOON, 2018, pág. 15).

3.9.3. O ingresso dos Estados Coreanos na ONU em 1991

Em 1991, após o fim da Guerra Fria e a dissolução da União Soviética que marcou um novo paradigma multilateral das relações internacionais, ambas as Coreias ingressaram na Organização das Nações Unidas com a adoção da Declaração Conjunta de Denuclearização da Península Coreana (MOON, 2018, pág. 16).

O acordo consiste no uso pacífico de energia nuclear, sob os seguintes princípios:

o norte e o sul da Coreia não devem desenvolver, receber, armazenar ou testar armamentos nucleares; as Coreias se comprometem em utilizar a energia nuclear somente para suprir suas matrizes energéticas, de forma pacífica; as Coreias se comprometem em não construir usinas de processamento e enriquecimento de urânio; as Coreias se comprometem em realizar inspeções conjuntas para garantir o cumprimento do acordo, seguindo procedimentos discutidos mutuamente; as Coreias se comprometem em instituir uma Comissão Conjunta no prazo de 30 dias a partir da ratificação deste acordo; e, por fim, o acordo deve assegurar a cooperação intercoreana e entrará em vigor assim que ambas as Coreias finalizem os procedimentos internos para garantir o intercâmbio de informações de maneira apropriada (ONU, 1991 *apud* MOON, 2018, págs. 16-17).

Este acordo marcou o início de um relacionamento mais pragmático entre as Coreias, sobretudo no que tange às políticas de nuclearização da Península Coreana.

3.9.4. O Acordo Mútuo De Não-Agressão, Reconciliação, Comércio e Cooperação De 1992 e a introdução do Princípio da *Korean Commonwealth*

As negociações aconteceram por mediação direta da Organização das Nações Unidas no fim de 1991, entre o representante Park Soo-gil, da República da Coreia, e o embaixador Cheul Ri da República Popular Democrática da Coreia. Os pontos-chave do acordo são:

o relacionamento entre as Coreias deve ser pautado pela busca da reunificação; ambos os lados devem reconhecer e respeitar os sistemas de governo de suas contrapartes, evitando interferências, e estabelecer negociações diretas para a construção de um relacionamento pacífico, até que o fim do armistício seja possível; as Coreias devem evitar o uso de forças militares na resolução de conflitos internos e respeitar a soberania um do outro na gestão do território, bem como estabelecer uma linha de contato direto entre os militares nos dois lados; enfim, os dois Estados devem esforçar-se para cooperar nos setores econômicos, culturais e sociais,

permitir contato direto entre familiares separados pela Guerra, viagens e serviços postais e reconstruir as ferrovias e rodovias que ligam a Península Coreana e que foram perdidas com a divisão do território (ONU *apud* MOON, 2018, pág. 17).

O princípio da *Commonwealth* Coreana deriva da noção britânica, da junção de Estados em torno de interesses comuns, representa um tipo de integração em que os países-membros são independentes, mas associados e cooperam devido a características semelhantes. Aplicado à realidade da Península Coreana este conceito tornou-se bastante aceito em meio a acadêmicos e à burocracia especializada, considerando que seria possível uma união política e econômica real entre as duas Coreias sem que houvessem maiores conflitos em torno dos regimes político-ideológicos e sistemas econômicos que se contrastam. Nesse sentido, a expectativa é que por meio da integração e da cooperação intercoreana se construa um paradigma de aproximação e confiança, que traria a unificação política no longo prazo (MOON, 2018, págs. 17-18).

3.9.5. Modelos de unificação propostos pelas Coreias: suas semelhanças e diferenças

Para entender as distinções substanciais entre as propostas feitas pelos governos no norte e no sul, é necessário refletir acerca do conflito real que se apresenta em torno da reunificação da Península Coreana. As diversas incompatibilidades entre os atores envolvidos e os interesses estratégicos externos das grandes potências no território coreano que prezam pela manutenção da fronteira arbitrária são os maiores empecilhos em torno deste mesmo propósito, há então a necessidade de um alto grau de cooperação e comprometimento político por parte dos líderes para superação de tais diferenças (MOON, 2018, pág. 17).

As principais justificativas para o prosseguimento das negociações em torno da reunificação da Coreia estão de acordo com os princípios que foram acordados em 1972, pois se espera que por meio da cooperação e da restauração da identidade nacional homogênea, o processo seja facilitado para buscar prosperidade através da sinergia das economias complementares por excelência, bem como, um relacionamento pacífico para contribuir com um maior grau de estabilidade regional (MOON, 2018, pág. 17).

No ano de 1980, o presidente da Coreia do Norte propôs o modelo federativo, em que os dois sistemas econômicos existiriam concomitantemente e cooperariam entre si, sob uma única soberania, representadas igualmente por parlamentares do norte e do sul, incentivando um maior grau de autonomia entre as regiões para os assuntos domésticos e exigindo um maior grau de coordenação para decidir nos campos de defesa nacional, diplomacia e inserção internacional (MA, 2010, págs. 23-25).

No entanto, Kim Il-sung reconhece que a reunificação não pode ser feita de forma unilateral, mas que os líderes devem encontrar um denominador comum sem deixar que suas ideologias interfiram, respeitando e reconhecendo a existência dos sistemas de governo e que estes não podem ser ainda, mutuamente excludentes, porque a homogeneidade sob a qual a nação coreana se construiu por milhares de anos antes da Guerra Fria é capaz de superar o obstáculo colocado pelas diferenças ideológicas e estas não podem prevalecer diante da determinação do povo coreano em prezar pela coexistência e a unificação do seu território (MA, 2010, págs. 25-28).

Em 1993, o líder norte-coreano apresentou uma reformulação de sua estratégia de reunificação nacional denominada *10 Princípios para a Unidade Nacional e Reunificação*, que em suma, versava:

um Estado unificado, independente, pacífico e neutro deve ser alcançado por meio da unidade de toda a nação, representando todos os grupos produtivos, todos os partidos e todos os nacionais enquanto os sistemas de governo e ideologias permanecem intactos em nome de uma consciência pan-nacional e independente para construir um modelo federativo capaz de representar igualmente as duas regiões, de forma a preservar sua autonomia interna e, sobretudo, externa; a unidade nacional deve ser baseada no patriotismo e na independência; a unidade nacional deve ser alcançada através da promoção da coexistência na busca pela prosperidade e interesses comuns; todas as disputas políticas e ideológicas que mantêm a divisão nacional devem cessar em nome da consciência coletiva; é necessário priorizar a unidade nacional em detrimento das diferenças ideológicas e superar o sentimento de ameaça que permeia sobre as relações intercoreanas; as duas Coreias devem assimilar valores democráticos e se unir em torno da causa da reunificação; os Estados devem preservar e proteger seus recursos em torno da causa da unificação, reconhecendo propriedades estatal, privada e cooperativa, bem como, todos os interesses que envolvem o capital estrangeiro; a unidade nacional deve ser alcançada pelo estímulo aos intercâmbios culturais, ao livre fluxo de pessoas e diálogo entre os nacionais; toda a nação deve fortalecer a solidariedade e cooperação para alcançar a reunificação nacional; enfim, devem-se reconhecer com louvor àqueles que lutaram pela causa da reunificação e contribuíram para a reconstrução nacional (KIM, 1993, págs. 3-5; MA, 2010, págs. 20-23).

Já o modelo proposto pela Coreia do Sul é uma confederação, na qual a reunificação legal do território seria negociada pelos dois Estados sem que houvesse a perda de soberania, ou seja, os dois Estados continuariam a existir sem a criação de um órgão capaz de coordenar políticas de gestão compartilhada do território, todavia, neste modelo haveria somente um nível avançado de integração regional e cooperação econômica em que o fluxo livre de pessoas, serviços e bens seriam permitidos (MOON, 2018, pág. 18).

Pode-se perceber que a maior semelhança entre as duas propostas é que ambos os lados desejam manter um relativo grau de autonomia regional sem abrir mão dos sistemas econômicos e políticos que os divergem, já o que distingue as propostas é o nível de comprometimento e confiança que cada um dos envolvidos está disposto a ceder para

institucionalizar uma gestão coordenada, que possibilitaria a unificação política real da Península Coreana.

3.9.6. Kim Jong-il vs. Kim Young-Sam (1993-1997)

A eleição de Kim Young-sam em 1993 foi marcada pela retórica anticorrupção, que caracterizou o fim do termo presidencial de Roh Tae-woo. Sua gestão foi fundamentada na aplicação de reformas administrativas que incentivavam a transparência e na investigação de escândalos financeiros envolvendo a burocracia especializada sul-coreana em benefício de interesses privados. Este período foi essencial para estabelecer o controle civil e democrático da máquina estatal sul-coreana em detrimento da supremacia militar nos assuntos políticos característica dos governos anteriores, expondo efetivamente as movimentações ilícitas de dinheiro público, o que teve um grande apelo social devido ao período de instabilidade econômica e financeira (YOON, 1996, págs. 511-512).

O fim de seu governo foi marcado por uma grande crise econômica que atingiu o leste da Ásia por inteiro e a insatisfação popular com a gestão de Kim Young-sam e suas decisões de política externa que consistiam na aplicação de reformas financeiras neoliberais e visavam o estímulo à entrada de capital externo e a liberalização do mercado, devido ao mau planejamento e sua incapacidade de responder adequadamente às demandas sociais agravadas em decorrência da crise, seu índice de aprovação e popularidade baixou consideravelmente (MOON *et al*, 2001, pág. 74).

O relacionamento com a Coreia do Norte foi comprometido novamente devido a diversas inconstâncias e o alinhamento contínuo dos sul-coreanos com os Estados Unidos frente à postura de confronto direto proposta por Bill Clinton em razão da política de nuclearização da Península Coreana como instrumento de resistência às pressões e sanções internacionais, denominada *Songun* (YOON, 1996, pág. 514).

3.9.7. A política *Songun*: a nuclearização da Península Coreana

A dissolução da União Soviética e do bloco socialista em 1991 corroborou para o isolamento econômico da Coreia do Norte frente às constantes investidas dos Estados Unidos através de sanções e embargos comerciais, que dificultavam o acesso a produtos como petróleo e alimentos. Diante da necessidade em buscar formas alternativas de cooperação, a política externa norte-coreana passou a priorizar sua inserção internacional através de mecanismos multilaterais, o que culminou na entrada oficial da República Popular

Democrática da Coreia na Organização das Nações Unidas, em 17 de setembro de 1991 (VISENTINI *et al*, 2018, pág. 95).

O cenário norte-coreano passou por mudanças consideráveis com a morte de Kim Il-sung em 1994, quando seu filho mais velho Kim Jong-il assumiu a liderança da revolução coreana, o intervalo da transição de poder é chamado de Marcha Penosa. A Marcha Penosa é assim conhecida, pois além da situação internacional desfavorável, que trouxe muitas incertezas quanto ao futuro do socialismo na Coreia, houve ainda grandes desastres naturais que, associados aos embargos comerciais americanos, prejudicaram o abastecimento de alimentos e culminaram em um período de fome que matou cerca de 2% da população norte-coreana, na época mais de 400 mil pessoas (ABRAMS, 2020, pág. 402; LANKOV, 2013, pág. 91; VISENTINI *et al*, 2018, págs. 95-96).

A Política *Songun*, que significa *Forças Armadas em Primeiro Lugar*, surge em decorrência desta conjuntura frágil, como mecanismo de resposta às adversidades enfrentadas pelos norte-coreanos, considerava os princípios estabelecidos pela Ideia *Juche* e as mudanças estruturais no contexto internacional, para incentivar o fortalecimento do país através da instrumentalização do socialismo e o investimento na área militar, que por sua vez, serviria para garantir a sobrevivência do Estado e possibilitar melhores oportunidades de barganha nos organismos de negociação internacional. Dessa maneira, a nuclearização da Península Coreana se inicia em face da maximização das capacidades militares da Coreia do Norte em um esforço para garantir a sua sobrevivência, fornecendo mecanismos para a dissuasão de ameaças, considerando a instabilidade política da região e a concertação internacional (VISENTINI *et al*, 2018, págs. 103-104).

Em vista disso, a Coreia do Norte entrou mais uma vez em um conflito diplomático com os Estados Unidos, marcado pela primeira crise nuclear envolvendo a negociação e o não cumprimento do Acordo de Genebra, assinado em outubro de 1994 entre os norte-americanos e os norte-coreanos, em que estes se comprometiam em interromper o programa nuclear em troca da suspensão das sanções econômicas, entretanto, quando Clinton não cumpriu a sua contrapartida no acordo, os norte-coreanos retomaram a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologia nuclear (VISENTINI *et al*, 2018, pág. 108).

3.9.8. A década progressista e o avanço da pauta da reunificação pela primeira vez na história da Península Coreana (1998-2008)

As eleições sul-coreanas de 1998 foram um divisor de águas no contexto político caracterizado pela predominância de militares e civis ultraconservadores, a vitória de Kim

Dae-jung representou a primeira vitória da ala progressista na história da democracia sul-coreana, após ter concorrido nos últimos três pleitos que o antecederam (MOON *et al*, 2001,pág. 274).

3.9.9. Kim Dae-jung e a *Sunshine Policy* (1998-2003)

Kim Dae-jung era conhecido pela luta a favor da consolidação da democracia e dos direitos humanos na Coreia desde a formação do Estado sul-coreano em 1948, foi preso e perseguido por conta de suas manifestações contra o governo e suas políticas repressivas, e viveu exilado no Japão durante as décadas de 60 e 70. Chegou a ser sequestrado pela Agência Central de Inteligência Coreana em 1973, por suas críticas a Park Chung-hee e o regime Yushin. No ano de 2000, recebeu o prêmio nobel da paz em reconhecimento da sua contribuição para o estabelecimento de valores democráticos no Leste Asiático (MOON, 2018, pág. 10).

Seu governo foi caracterizado pela política de aproximação e engajamento com o norte, apelidada de *Sunshine Policy*, que propunha a cooperação econômica e a busca de um relacionamento pacífico como vias para a reunificação da Península (MOON, 2012, pág. 1).

Os princípios da política de engajamento eram os seguintes: para promover a união entre os dois Estados Coreanos, deve-se abandonar a noção de unificação através da absorção do regime norte-coreano; deve-se evitar instigar o conflito entre as duas Coreias e procurar vias pacíficas para a resolução de problemas internos; deve-se procurar a realização da unificação de fato, por meio de arranjos cooperativos na economia e na cultura, livre fluxo de bens e pessoas, estimulando a construção de relações de confiança mútua e coexistência (KIM, 1998 *apud* MOON, 2018, pág. 20).

Entre as conquistas da *Sunshine Policy* estão o aumento do comércio entre as Coreias, o crescimento do turismo no norte, a ausência de embates militares e uma relativa estabilidade na Península e o reestabelecimento das vias de comunicação oficial entre as Coreias. Um dos fatores cruciais que estimularam o sucesso da *Sunshine Policy* foi a injeção de capital privado sul-coreano na economia trans-fronteiriça, através do complexo industrial de Kae-song e do Complexo Turístico no monte Geum-gang (SON, 2006, págs. 18-19, MOON, 2018, pág. 21; CHOI, 2012, pág. 58).

Acerca das limitações da *Sunshine Policy*, o pouco tempo para implementação, a falta de continuidade e, sobretudo, o impacto negativo nas relações diplomáticas com os Estados Unidos a partir da vitória de George W. Bush e a sua abordagem para com a Coreia do Norte foram os maiores entraves para que as iniciativas de Kim Dae-jung mostrassem efeitos no longo prazo (MOON, 2018, pág. 22).

3.9.10. O primeiro encontro intercoreano e a Declaração de 15 de junho de 2000

O Primeiro Encontro Intercoreano ocorreu entre os dias 13 e 15 de junho de 2000, em Pyongyang, e pela primeira vez na história, dois líderes se encontraram pessoalmente para negociar os termos da reunificação política da Península Coreana. Naquele momento, ambos os líderes esperavam que o encontro tivesse consequências positivas para mudar a natureza do relacionamento entre as Coreias, mas também, que a partir da negociação os dois lados reconhecessem a legitimidade de seus sistemas e a soberania sobre o território (PARK *et al*, 2001, págs. 24-25).

Os pontos principais da Declaração Conjunta de 15 de junho de 2000 são:

as duas Coreias devem cooperar entre si para alcançar a reunificação do território de forma independente e livre da intervenção externa; devem reconhecer as semelhanças entre os modelos de federação e confederação propostos pelo sul e pelo norte, respectivamente, para chegar em um denominador comum acerca do modelo de unificação; devem esforçar-se conjuntamente para manter e cumprir as metas acordadas neste encontro; devem transformar o paradigma de relacionamento entre as Coreias através do respeito mútuo e da confiança; devem esforçar-se para resolver os problemas internos de maneira pacífica através da reconciliação e da cooperação; devem pôr um fim nas hostilidades e tensões militares, para garantir paz e estabilidade à Península Coreana; devem trabalhar juntos e implementar a concertação política necessária para cumprir também os acordos passados, incluindo os mediados pelo *Six-Party Talks*⁴; criar uma zona especial no mar do Oeste e impulsionar iniciativas de cooperação humanitária; e, por fim, devem garantir dos direitos e interesses de todos os coreanos, inclusive àqueles que não residem no território (MOON, 2018, pág. 21).

Este tratado é um divisor de águas nas relações intercoreanas contemporâneas e mais uma vez reforçam os compromissos necessários à finalidade última da reunificação.

3.9.11. Roh Moo-hyun e a continuidade da *Sunshine Policy* (2003-2008)

Roh Moo-hyun, sucessor da gestão progressista de Kim Dae-jung, iniciou seu termo presidencial em 2003 com a institucionalização da Política de Paz e Prosperidade, que essencialmente, compartilhava dos mesmos princípios da *Sunshine Policy*, porém encontrou diversos entraves internos e externos. O mais importante deles, o relacionamento com os Estados Unidos e a instabilidade regional devido aos avanços da nuclearização da Coreia do

⁴ O *Six Party Talks*, em fevereiro de 2003, reuniu Estados Unidos, Rússia, China, Japão, Coreia do Norte e Coreia do Sul no âmbito multilateral de diálogo, sediado em Pequim e teve o governo chinês como mediador da questão, versava acerca da criação de uma comunidade de segurança no nordeste asiático, cujo principal objetivo era a desnuclearização da Península Coreana. Inicialmente fora proposto o *Four Party Talks* em 1997, porém não foi possível estabelecer uma conformidade de interesses, pois faltavam a Rússia e o Japão (WANG, 1999, pág. 177).

Comunidade de Segurança: a ideia de que os atores podem compartilhar valores, regras e símbolos que constroem uma identidade social, e negociar em diferentes áreas que mostram os interesses comuns em longo prazo, baseados no princípios da reciprocidade e da confiança, que institucionaliza uma comunidade política de segurança entre determinados atores, que em última instância cria um paradigma de integração tamanha que diminui consideravelmente as chances de confronto armado entre os membros da comunidade (DEUTSCH, 1957 *in* ADLER; BARNETT, 1998, pág. 3).

Norte e o lançamento-teste de um míssil em outubro de 2006, que paralisou temporariamente as iniciativas para o relacionamento entre as Coreias (CHOI, 2012, pág. 57).

No entanto, mesmo em face da desconfiança e do cenário instável, Roh decidiu priorizar o relacionamento com o norte da Coreia, por meio da intensificação de fluxos financeiros, investimentos e cooperação no campo cultural, o que lhe rendeu uma aproximação mais direta para negociar um segundo encontro intercoreano com Kim Jong-il (MOON, 2012, pág. 58; KIM, 2005, pág. 17).

Neste período houve diversas críticas à postura do presidente, por parte da ala conservadora, que via a estratégia da *Sunshine Policy* e do campo progressista como um grande problema para a Coreia do Sul, visto que, a reciprocidade em termos econômicos era quase inexistente e não existiam esforços reais por parte da Coreia do Norte em realizar uma abertura política e econômica ao modelo capitalista liberal. Este fato mais uma vez culminou na intensificação da polarização política que acabou por enfraquecer a legitimidade de Roh Moo-hyun para seguir com a sua proposta política de relacionamento com os norte-coreanos (MOON, 2018, pág. 22; CHOI, 2012, pág. 58).

3.9.12. O segundo encontro intercoreano e a Declaração de 4 de outubro de 2007

O Segundo Encontro Intercoreano ocorreu em Pyong-yang entre os dias 2 e 4 de outubro de 2007, e o principal objetivo era reafirmar o que fora tratado anteriormente e para pensar conjuntamente iniciativas de cooperação econômica, investimentos para o desenvolvimento mútuo e o arcabouço político necessário para o cumprimento do Acordo de 2000, e em última instância a reunificação da Península Coreana (MOON, 2012, pág. 58).

A Declaração Conjunta de 4 de outubro de 2007 consiste em oito artigos em que os dois governantes se comprometem em cumprir as seguintes metas: implementar o que foi acordado anteriormente no acordo de 15 de junho 2000 e encontrar formas de celebrar a data para demonstrar o esforço comum em torno da reunificação pacífica e independente; comprometer-se para mudar a natureza das relações intercoreanas, através do respeito mútuo para superar as dissidências ideológicas dos sistemas de governo; comprometer-se para acabar com as tensões e conflitos militares na Península Coreana, resolvendo os problemas internos através do diálogo; esforçar-se para alcançar uma concertação política comum, e dessa maneira, pôr um fim no armistício de 1953 e superar a Guerra da Coreia; construir através da cooperação econômica e estímulo aos investimentos, a noção de interesses comuns para o desenvolvimento e a prosperidade na Península Coreana; incentivar projetos de intercâmbios e cooperação técnica nas áreas de história, linguagem, educação, ciência e tecnologia, cultura e artes e esportes de maneira a acentuar a identidade nacional e a cultura do povo coreano; promover a reunião de famílias separadas pela divisão arbitrária do território; e, por fim, assegurarem o relacionamento entre as Coreias através de encontros frequentes e da manutenção dos canais oficiais de contato para definição de novas metas, considerando os interesses do povo coreano e a causa da reunificação (MOON, 2012, págs. 63-65).

Este encontro foi fundamental para estabelecer as ações políticas necessárias no âmbito da cooperação intercoreana e avançar o relacionamento com os norte-coreanos para a reunificação.

3.10. DÉCADA DE TENSÕES, CONFLITOS, SANÇÕES E A INTENSIFICAÇÃO DA POLÍTICA NUCLEAR NORTE-COREANA (2008-2017)

Depois de uma década marcada por avanços substanciais no relacionamento intercoreano sob a gestão de um partido progressista, as constantes críticas da oposição à abordagem das políticas de engajamento e o envolvimento do presidente Roh Moo-hyun em escândalos de corrupção e propina prejudicaram seu desempenho eleitoral, garantindo o retorno de uma perspectiva conservadora e tradicional na política sul-coreana com a eleição de Lee Myung-bak, genro do ex-presidente Park Chung-hee no pleito de 2008 (CHOI, 2012, pág. 59).

3.10.1. O governo de Lee Myung-bak e o retorno da política conservadora para as relações intercoreanas (2008-2013)

O governo de Lee Myung-bak foi caracterizado pelo aumento das tensões militares entre o norte e o sul da Coreia, bem como uma abordagem mais linha dura em que o presidente se recusou a cumprir com os acordos de 2000 e 2007, em forma de resposta aos avanços da nuclearização norte-coreana (MOON, 2012, pág. 3).

Os conflitos militares indiretos entre as Coreias durante o termo presidencial de Lee envolveram o choque de navios militares em 2009, o naufrágio do navio da marinha sul-coreana Cheonan e o impasse na ilha de Yeon-pyeong em 2010 e acabaram causando o congelamento das iniciativas de relacionamento diplomático com o norte, bem como o fechamento do Complexo Turístico na Zona Desmilitarizada (MOON, 2012, pág. 3).

A política de Lee para com a Coreia do Norte consistia em buscar a denuclearização total da Península e a abertura política do governo norte-coreano, em vista da instabilidade e dos conflitos militares, pouco esforço real foi feito para alcançar tais metas (MOON, 2011, pág. 2).

3.10.2. A ascensão de Kim Jong-un ao poder e a intensificação da política nuclear norte-coreana (2011)

Com a morte do líder Kim Jong-il em 2011, seu filho mais velho, Kim Jong-un assumiu o cargo de chefe do departamento de Estado, cuja responsabilidade envolve a gestão

dos aspectos militares, a organização das forças armadas e a política de defesa nacional. Com o compromisso de continuar a revolução socialista e garantir a sobrevivência do Estado norte-coreano, se intensificam os investimentos no campo da educação, ciência e tecnologia e os esforços em torno do desenvolvimento industrial e o domínio da tecnologia nuclear, que aumentam consideravelmente a capacidade militar bélica da Coreia do Norte, através da produção de mísseis balísticos de longo alcance (VISENTINI *et al*, 2018, págs. 119-120; KIM, 2014, pág. 5-6).

3.10.3. O governo de Park Geun-hye e as incertezas no relacionamento intercoreano (2013-2017)

Quando Park Geun-hye, filha do ex-presidente Park Chung-hee, foi eleita como sucessora de seu marido Lee Myung-bak em 2013, havia grandes expectativas acerca do futuro da Coreia do Sul sob a liderança de uma mulher, no entanto, seu governo foi marcado pela continuidade não só da abordagem tradicional para com a Coreia do Norte, mas também pela conjuntura problemática em níveis internos e externos, que causaram grande comoção social (MOON, 2018, pág. 23).

Um fenômeno particular de sua gestão foi o desprezo pelas instituições democráticas, a falta de comunicação entre os níveis da burocracia especializada e a tomada de decisões arbitrárias que comprometeram desde o bem estar social ao funcionamento da economia, bem como, a segurança e a estabilidade da Coreia do Sul, como no naufrágio da balsa *Sewol* em 2014, em que diversas falhas somadas na resolução da crise causaram a morte de mais de 300 estudantes (MOON, 2018, pág. 23).

No relacionamento com o norte, prevaleceu o paradigma de conflito com a aplicação de sanções ao comércio trans-fronteiriço, por meio do fechamento do Complexo Industrial de Kae-song e o congelamento das negociações para a reunificação. Em resposta aos testes nucleares norte-coreanos cada vez mais frequentes, a presidente sancionou em 2016, sem consultar o congresso ou a população, a compra e instalação de um sistema antimíssil norte-americano, o Terminal de Defesa de Áreas de Alta Altitude (THAAD, em inglês), transação avaliada em bilhões de dólares, o que gerou sérias retaliações da China⁵ e causou uma grande crise diplomática regional que até hoje não foi resolvida (MOON, 2018, págs. 23-24).

⁵ A retaliação da China veio na forma do *Hallyu Ban*, que institucionalizou a proibição parcial do consumo de produtos culturais sul-coreanos na grande mídia chinesa, bem como, uma série de restrições ao trânsito de pessoas dos dois países, que está em vigor até hoje, mas possui chances de ser revisado ao longo desse ano.

Park Geun-hye sofreu um *impeachment*⁶ em 2017, pelo envolvimento em um escândalo de corrupção e abuso de poder que privilegiava membros de sua família, amigos e CEOs de grandes conglomerados de tecnologia e mídia na Coreia do Sul. O progressista Moon Jae-in assumiu seu lugar em meio a manifestações populares por uma melhor gestão das crises sociais e as implicações econômicas e políticas dos equívocos de Park Geun-hye como presidente, conhecidas por Protestos à Luz de Vela (MOON, 2018, pág. 23).

3.10.4. A ascensão de Moon Jae-in e o retorno da perspectiva progressista na relação com a Coreia do Norte (2017-2018)

Moon Jae-in é um proeminente advogado da área de direitos humanos, filho de refugiados norte-coreanos, foi um membro do movimento estudantil pela democracia durante o governo de Park Chung-hee e exerceu a função de chefe de gabinete durante o termo presidencial de Roh Moo-hyun. O pleito extraordinário de 2017 foi um dos mais importantes já disputados ao longo da democracia sul-coreana, em que mais de 70% da população apta registrou o voto, Moon obteve um número considerável de votos entre os jovens e mais pobres, distribuídos de forma bastante equilibrada pelo território (MOON, 2018, pág. 24).

Uma das grandes prerrogativas da gestão de Moon é a proposição de um relacionamento mais aproximado com a Coreia do Norte em meio à conjuntura caótica das provocações militares e testes nucleares e a recorrente possibilidade de uma intervenção norte-americana mais combativa, que reforçam a instabilidade da região (MOON, 2018, pág. 25).

3.10.5. Positividade em meio à incerteza: a busca por estabilidade na Península Coreana (2017)

Em um discurso em celebração do feriado de independência da Coreia, no dia 15 de agosto de 2017, Moon Jae-in expressou que buscaria através do diálogo e de forma independente uma resolução pacífica para o conflito da Península Coreana e que nenhum país deveria interferir nesse processo sem consultar os principais atores envolvidos (MOON, 2017 *apud* MOON, 2018, pág. 26).

A abordagem otimista do presidente Moon fez com que eventualmente a oportunidade para o diálogo com os norte-coreanos se tornasse realidade. Em seu discurso de ano novo em 01 de janeiro de 2018, Kim Jong-un expressou que também gostaria de contribuir para

⁶ Um impeachment é um processo de destituição com base em um crime de responsabilidade contra uma alta autoridade do Poder Executivo de determinado país.

um melhor relacionamento com a sua contraparte no sul da Coreia e estava disposto a enviar uma delegação de competidores às Olimpíadas de Inverno, que seriam realizadas em Pyeongchang, a partir do mês seguinte (MOON, 2018, pág. 26; SHIN; MOON, 2019, págs. 35-36).

3.10.6. As Olimpíadas de Inverno em Pyeongchang e uma nova oportunidade de relacionamento entre as Coreias (2018)

Em 4 de janeiro de 2018, a resposta sul-coreana ao comunicado de Kim Jong-un chegou quase que imediatamente, e a partir de então, ambos os líderes passaram a negociar ativamente termos de cooperação no campo do esporte, que permitiria aos atletas das duas delegações o treino conjunto em território norte-coreano. No entanto, o centro das discussões que antecederam o evento estava na preparação de um terceiro encontro presencial para discutir o futuro da Península Coreana (MOON, 2018, pág. 26; SHIN; MOON, 2019, págs. 35-36).

Na abertura oficial das Olimpíadas, em 9 de fevereiro de 2018, estava a delegação norte-coreana acompanhada do presidente da Assembleia Popular Suprema, o chanceler Kim Yong-nam, que é o responsável por manter as relações internacionais norte-coreanas, e de Kim Yo-jong, membro do comitê executivo do Partido dos Trabalhadores da Coreia e irmã mais nova de Kim Jong-un, que cordialmente estenderam convites oficiais ao presidente Moon para visitar Pyong-yang (MOON, 2018, págs. 26-27).

Já na cerimônia de encerramento, em 25 de fevereiro de 2018, representando a Coreia do Norte, estava Kim Jong-chul, irmão mais velho de Kim Jong-un, vice-presidente do Comitê Central do Partido dos Trabalhadores da Coreia e responsável por manter o relacionamento intercoreano. Naquele momento, estava claro que as preparações necessárias para o terceiro encontro entre os chefes de Estado coreanos estavam em curso (MOON, 2018, pág. 27).

Foi acertada através de Kim Jong-chul a ida de uma delegação sul-coreana a Pyong-yang para negociar os termos do encontro intercoreano. Nos dias 5 e 6 de março de 2018 em Pyong-yang, foi acordado entre a delegação sul-coreana e o líder Kim Jong-un os seguintes termos:

o terceiro encontro intercoreano seria realizado no final de abril; reestabelecer as linhas de contato oficial entre os dois líderes; a paralisação do programa nuclear norte-coreano, que incluía ceder o armamento disponível; o desejo de estabelecer contato oficial com os Estados Unidos na busca para a paz da Península Coreana; e, a intensificação de trocas culturais entre o norte e o sul, através do envio de delegações de artistas (MOON, 2018, págs. 26-27).

Esta série de encontros foi fundamental para reestabelecer certo grau de confiança entre as duas Coreias para a realização do Terceiro Encontro Intercoreano.

3.10.7. O Terceiro Encontro Intercoreano de 27 de abril de 2018 e a Declaração da Paz, Prosperidade e Unificação da Península Coreana de Panmun-jeom

No dia 27 de abril de 2018, ocorreu o Terceiro Encontro Intercoreano na cidade de Panmun-jeom do lado sul-coreano do Paralelo 38, e marcou a primeira vez que um líder norte-coreano visitou o território da República da Coreia. Deste encontro, originou-se a Declaração da Paz, Prosperidade e Unificação da Península Coreana em que Kim Jong-un e Moon Jae-in comprometeram-se em:

melhorar o paradigma de relacionamento entre as Coreias; focar na redução de conflitos e tensões militares e na transformação da Zona Desmilitarizada em uma fronteira pacífica; e estabelecer um regime permanente de paz na Península, superando os traumas da guerra e pondo um fim no armistício que manteve a Coreia em um conflito que já dura 70 anos. (MOON, 2018, pág. 28; HEO; YOON, 2019, págs. 54-55).

A importância desta negociação está justamente no compromisso que os líderes estabeleceram para pôr um fim permanente no armistício, através da resolução pacífica dos conflitos internos e reuniões com os atores externos envolvidos na manutenção do conflito e também estabeleceram metas para o desarmamento da Península Coreana, o que teve bastante comoção social, tanto entre os coreanos quanto na comunidade internacional que reagiu de forma positiva ao ver iniciativas concretas para o processo de construção da paz permanente, que seria o ponto de partida para uma estratégia comum de unificação do território (SHIN; MOON, 2019, pág. 38; HEO; YOON, 2019, págs. 54-55).

3.10.8. O encontro entre Trump e Kim Jong-un em 12 de junho de 2018 e a Declaração de Cingapura

A partir da mediação dos sul-coreanos para a negociação dos termos do primeiro encontro oficial entre um líder norte-coreano e um líder norte-americano, ocorreu finalmente em 12 de junho de 2018 em Cingapura. Nesta reunião, os líderes conversaram sobre:

a construção de um regime de paz permanente para a Península Coreana; a desnuclearização e o desarmamento, confirmando o que fora acordado na Declaração de Panmunjeom; e o retorno dos restos de prisioneiros de guerra norte-americanos em troca da suspensão das atividades de treinamento conjunto entre os exércitos sul-coreano e norte-americano (HEO; YOON, 2018, pág. 55).

O encontro foi fundamental para estabelecer um novo paradigma de relacionamento pragmático entre os Estados Unidos e a República Popular Democrática da Coreia, entretanto, as diferenças nas expectativas e abordagens dos dois líderes podem representar uma barreira a ser quebrada para o atendimento das demandas tratadas por cada um. Por exemplo, a

expectativa dos norte-americanos em apoiar o fim oficial da Guerra da Coreia está diretamente ligada à boa vontade dos norte-coreanos em desativar o seu programa nuclear com rapidez, mas Kim Jong-un espera construir o processo de pacificação e desarmamento com passos lentos e firmes (MOON, 2018, pág. 30).

3.10.9. O Quarto Encontro Intercoreano de 18 de setembro de 2018 e a Declaração Conjunta de Pyong-yang

O Quarto Encontro Intercoreano, que ocorreu em Pyong-yang no dia 18 de setembro de 2018, tinha o objetivo de pensar as estratégias políticas reais para implementação conjunta do que fora tratado na Declaração de Panmun-jeom. Deste encontro originou-se a Declaração Conjunta de Pyong-yang, que estabelece medidas de cooperação econômica, que incluem:

a modernização de ferrovias e rodovias para facilitar a logística terrestre no comércio intercoreano com os países da região do Leste Asiático; a reabertura dos empreendimentos ao longo da zona desmilitarizada, como o Complexo Industrial de Kae-song e o Complexo Turístico do Monte Geum-gang; a construção de instalações permanentes para a reunião de famílias separadas pela guerra; expandir as trocas culturais; incentivar, também a cooperação ambiental; promover a desativação gradual do programa nuclear em troca da suspensão das sanções econômicas e comerciais aplicadas pelos Estados Unidos e seus aliados. (HEO; YOON, 2018, págs. 57-58).

Os pontos em comum aqui são que os líderes coreanos reconhecem a necessidade da existência de iniciativas conjuntas para se alcançar um maior grau de cooperação e confiança mútua, que corroboram, em última instância, para a superação das diferenças entre os sistemas de governo, valorizando, sobretudo, a coexistência (SHIN; MOON, 2019, pág. 37).

Um dos fatores mais importantes que se mostra em decorrência das mudanças estruturais na realidade coreana é a busca pela resolução multilateral do conflito, em caráter indispensável, o que significa dizer que, mesmo que os esforços para a unificação do território surjam de maneira independente da influência externa, ainda assim é necessário negociar considerando os interesses de todos os atores envolvidos para garantir a paz permanente. Em vista disso, o diálogo em torno da desnuclearização da Península acaba por solidificar mais elementos na agenda de negociações para a unificação política efetiva da Coreia (SHIN; MOON, 2019, pág. 38).

Neste capítulo, foi exposta a origem do conflito na Península Coreana, os principais pontos das negociações intercoreanas para a reunificação política, bem como, as diferenças político-ideológicas elementares entre o norte e o sul e suas propostas reais para a resolução efetiva do conflito através de maiores estímulos à cooperação e ao relacionamento pacífico, porém, observa-se também que a falta de continuidade entre os governos e suas iniciativas é

um grande entrave para a consolidação do regime de paz, assim como a polarização da política doméstica e o conflito de interesses no nível global.

4. O CAMINHO PARA A REUNIFICAÇÃO DA PENÍNSULA COREANA

O objetivo deste capítulo é discutir como se deu o processo de construção do paradigma de relacionamento entre as Coreias em face do conflito político-ideológico, a partir da análise de discurso, avaliando o grau de comprometimento dos atores envolvidos para alcançar a unificação política da Península Coreana.

4.1. A LINGUAGEM E A POLÍTICA: O PAPEL DAS IDEOLOGIAS NOS ATOS DISCURSIVOS E A CARGA HISTÓRICA EM TORNO DA REUNIFICAÇÃO COREANA

Barry Buzan e Lene Hansen, no livro *The Evolution of Security Studies*, de 2009, enfatizam que a ideologia do nacionalismo se baseia no compartilhamento de características comuns, na ideia de igualdade entre os atores através de um senso de identidade, comunidade e pertencimento. Seguindo a lógica proposta por Benedict Anderson, em *Imagined Communities*, a nação seria composta de um senso de irmandade profunda, em que os membros de determinada comunidade compartilham uma identidade social, cultural e política semelhante, criando, assim, uma dinâmica de consciência coletiva que os permite distinguir os membros dessa comunidade dos membros de outras comunidades, separando os domínios nacionais baseados no altruísmo e na solidariedade, dos internacionais guiados pelos princípios da anarquia e do conflito (BUZAN; HANSEN, 2009, pág. 27).

O nacionalismo segue a lógica da soberania popular e dos valores democráticos, que são reconhecidas pelos membros de determinada comunidade, é guiado pelo princípio da legitimidade, da capacidade de determinado governo em considerar os valores, interesses e a identidade de seu povo na prática da política. De acordo com este pressuposto, o nacionalismo e a legitimidade popular acrescentam a dimensão doméstica na realidade das práticas políticas comuns de segurança, para além da perspectiva estatal, tornando-se uma questão de segurança societal, em última instância, buscando a máxima coesão e homogeneidade como forma de evitar conflitos de origem político-ideológicas (BUZAN; HANSEN, 2009, pág. 27).

Nesse sentido, destaca-se a importância do ato discursivo como expressão dos interesses de sua sociedade, o uso da linguagem que autoriza e reconhece a criação de uma ameaça existencial. No campo societal, a identidade nacional é de suma importância para a

manutenção das relações entre os membros de uma comunidade, de forma que quando esta é ameaçada, a sobrevivência de determinado grupo é posta à prova, sendo necessário o uso de um aparato extraordinário para sua contenção, caracterizando a securitização da identidade nacional (BUZAN; DE WILDE; WÆVER, 1998, págs. 32-33).

A linguagem é um elemento significativo na construção da identidade nacional, é também uma ferramenta ideológica legítima para a construção de uma nação. Com o aumento das diferenças sociais, políticas e ideológicas que caracterizam o relacionamento entre as Coreias, questionam-se até que ponto uma nação que divide diversos elementos de coesão racial, social e de valores pode se manter como a única identidade nacional reconhecida, visto que as divergências nos padrões de interação causam alterações internas e externas na percepção identitária do povo coreano criando novos padrões de doutrinas nacionalistas mutuamente excludentes que prezam, sobretudo, pela sobrevivência dos Estados (KING *in* SIMPSON, 2008, págs. 200-201).

Até a institucionalização da divisão arbitrária da Península Coreana em 1948, a Coreia era um caso excepcional de homogeneidade étnica e linguística, que culminou na percepção comum da identidade e nacionalidade coreana. Entretanto, em face da divisão, as divergências político-ideológicas entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul corroboraram para as percepções de maiores diferenças econômicas, socioculturais e linguísticas, que embora se originem nos mesmos costumes, apenas aumentam com os baixos níveis de interação entre os atores (KING *in* SIMPSON, 2008, pág. 200).

Acerca das diferenças do nacionalismo sul-coreano, cujos princípios são o *minjeok* e o anticomunismo, essencialmente correlacionam o sucesso da abertura econômica e cultural sul-coreana no mundo globalizado à natureza resiliente do povo na superação das dificuldades. O *minjeok* é uma ideologia de supremacia racial que referencia a homogeneidade dos coreanos enquanto nação e grupo étnico em detrimento das interações com outros grupos, é por excelência, uma construção contemporânea da identidade nacional coreana frente às interferências estrangeiras na península, a experiência com o imperialismo e a colonização japonesa. Já o anticomunismo, está fortemente relacionado com a noção de moral e patriotismo, disseminados através do sistema educacional sul-coreano para forjar o sentimento de aversão aos avanços do comunismo na Coreia do Norte, utilizando a retórica da recorrente ameaça à segurança dos sul-coreanos, os líderes da Coreia do Sul buscaram consolidar-se através do absoluto controle da vida social e ajustar-se à ordem liberal-democrática capitalista patrocinada pelos Estados Unidos (LEE, 1990, pág. 161; HURT, 2014, págs. 3-9; LEE, 2012, pág. 9).

É importante observar que estas manifestações surgiram em reconhecimento do status periférico da Península Coreana, que no decorrer da história sempre esteve à margem da atuação das grandes potências, dessa maneira, a consciência coletiva do povo coreano e as bases ideológicas nas quais se estabeleceram o nacionalismo e a necessidade de um desenvolvimento nacional autônomo é inerente às configurações de poder globais que regem o relacionamento dos atores regionais (HURT, 2014, pág. 41).

Entre os principais elementos da agenda ideológica sul-coreana, propagada na forma de educação moral e cívica, em coreano *doduk*, define as estritas normas sociais a serem seguidas, e expectativas que o Estado tem dos cidadãos e do seu senso de dever, considerando que estas são fundamentais para a sobrevivência e o funcionamento pleno do aparelho estatal como um todo. A ideologia constrói a complexidade por trás da ideia do que é ser coreano, manter suas tradições, cultura, além de estabelecer o padrão de bom cidadão através do cumprimento das regras, em detrimento dos costumes e normas ocidentais que os diferenciam, essencialmente, da integridade e moral do povo coreano que busca o seu desenvolvimento e sobrevivência por quaisquer meios necessários (HURT, 2014, pág. 45).

A *doduk* vai além de um sistema de normas que estabelece o cidadão enquanto principal agente da hierarquia social, mas constitui uma crença coletiva de que o cidadão deve cumprir com seus deveres para com a família, os líderes e a nação, nesse sentido, estes conceitos que explicam o papel dos sujeitos políticos na sociedade sul-coreana têm influência direta da doutrina confucionista (HURT, 2014, pág. 45).

Já acerca das diferenças do nacionalismo norte-coreano, este é baseado fundamentalmente na Ideia *Juche* e nas premissas do comunismo marxista-leninista, nos princípios da autonomia, do altruísmo e da solidariedade, e do papel central dos cidadãos como agentes na busca pelo desenvolvimento da revolução, rejeitando os valores hegemônicos do imperialismo que reprime o potencial da nação e a torna dependente. (KIM, 1982, págs. 5-8). O comunismo é parte intrínseca dos valores de patriotismo e moral para os norte-coreanos, e a educação tem a função de disseminar o pensamento revolucionário para as massas populares, sendo que estes são a base da hierarquia social, de acordo com a doutrina confucionista que influencia diretamente a estrutura da burocracia coreana, e este fator os difere essencialmente, das experiências socialistas do resto do mundo (OBERDORFER, 2001, págs. 42-43).

O paradigma regional de relacionamento entre os atores no nordeste asiático envolve concepções tradicionais da segurança, como a busca pela estabilidade de poder e capacidades e o dilema da insegurança, enquanto que na área da economia buscam maiores oportunidades

de cooperação. Elementos que são recorrentemente ignorados quando se consideram as dinâmicas das relações de segurança é a influência da história, da memória e das identidades nacionais na emergência de tensões políticas e militares ou de alinhamentos com finalidade cooperativa na região (JAGER, 2007, págs. 1-2).

Diversos fatores de caráter histórico impossibilitam uma explicação monolítica dos fenômenos que ocorrem no nordeste asiático, e isto se refere não só às questões de cooperação e equilíbrio de poder, mas principalmente à construção das identidades nacionais e da legitimidade política, e de que forma as percepções que cada ator tem um do outro influenciam no seu relacionamento e, sobretudo, o que as percepções que cada ator tem de si mesmo dizem sobre os níveis de coesão social e estabilidade, de maneira que se percebe a forma como os conflitos políticos, ideológicos e militares diretos e indiretos que ocorreram na época da Guerra Fria influenciam diretamente as dinâmicas conflituosas entre estes Estados (JAGER, 2007, págs. 3-4).

Ao contrário do que é observado na Europa, a Guerra Fria não acabou na Ásia. De forma que a realidade hoje é de busca por soluções efetivas para os problemas que resistem desde a conjuntura bipolar, como a divisão arbitrária da Coreia, e observa-se que os líderes progressistas que emergiram na Coreia do Sul, deram prioridade ao relacionamento pacífico com a Coreia do Norte seguindo a lógica de um nacionalismo pan-coreano, que privilegia as semelhanças étnico-culturais em detrimento das diferenças político-ideológicas entre as duas Coreias (JAGER, 2007, págs. 4-5).

Considerando a mutabilidade dos interesses e das identidades que legitimam determinadas práticas políticas comuns, as mudanças observadas nas configurações da balança de poder da Ásia contribuíram para modificar também a percepção dos atores uns sobre os outros e então para a recorrente reavaliação destes padrões que resultam em conflito direto e indireto. O fim da Guerra Fria contribuiu para uma grande transformação na percepção que os sul-coreanos têm da Coreia do Norte, o que em última instância, trouxe mudanças também no procedimento político conflituoso, acarretando no início do processo de dessecuritização do relacionamento intercoreano (JAGER, 2007, pág. 5).

A principal causa da instabilidade política e a existência de potenciais conflitos no nordeste da Ásia estão dessa forma, intrinsecamente relacionadas às identidades e ao nacionalismo, sua ascensão ao debate público e constante revisão da memória destes povos colocam em xeque o papel da hegemonia como principal interessada na manutenção do *status quo* (JAGER, 2007, pág. 6).

A unificação política da Península Coreana é um dos gargalos que força os Estados Unidos a revisar sua postura no nordeste asiático, devido ao aumento considerável de esforços dos coreanos para alcançar o nível de comprometimento necessário e atender aos interesses de todos os atores envolvidos na construção de um regime de paz efetivo e duradouro para a região, para assim, formalizar o fim da Guerra da Coreia (JAGER, 2007, págs. 31-32).

A revisão da memória e da identidade na Península Coreana trouxe novas perspectivas para o relacionamento intercoreano, mas também para a estabilidade das relações dos coreanos com os Estados Unidos, cuja percepção foi de aliados e salvadores da Coreia à criminosos de guerra. A percepção do povo coreano acerca das intervenções hegemônicas dos Estados Unidos na Península Coreana é bastante negativa, boa parte da população abertamente se opõe às sanções econômicas aplicadas pelos EUA à Coreia do Norte. O período pós-Guerra Fria foi fundamental para que esta mudança acontecesse, a necessidade da dessecuritização do relacionamento intercoreano é um assunto recorrente no debate político (JAGER, 2007, págs. 32-36).

As complexidades envolvidas no relacionamento dos Estados Unidos com as Coreias estão diretamente relacionadas à percepção que os norte-americanos têm de cada Estado e também à percepção que o povo coreano e cada líder têm dos Estados Unidos, tendo isto em consideração, é importante observar de que forma as diferenças nestas percepções interferem diretamente nos padrões de diplomacia e segurança, bem como as suas implicações políticas, econômicas e culturais, sobretudo, na questão da reunificação da Coreia (OLSEN, 2008, pág. 4).

A desconsideração norte-americana pela influência que o nacionalismo pan-coreano tem na prática política das Coreias faz com que a abordagem dos Estados Unidos frente à esta demanda seja insipiente na medida em que as negociações avançam, e os líderes norte-americanos buscam ainda estabelecer relações baseadas nos interesses próprios, sem de fato se comprometer com os custos políticos que a construção do regime de paz na Península Coreana exigem, visto que os norte-americanos são os mais prejudicados nesta mudança do *status quo* (OLSEN, 2008, pág. 5; JAGER, 2007, pág. 37).

4.1.1 A Identidade, as Relações de Securitização e Dessecuritização no Nordeste Asiático e a Influência Direta no Relacionamento entre as Coreias

Esta seção do capítulo pretende estabelecer uma relação entre o desenvolvimento das identidades nacionais e as relações de securitização na Península Coreana, e como as diversas pautas no debate político em torno da reunificação das Coreias se constituíram em processos

de securitização bem sucedidos desde a sua divisão territorial no fim da Segunda Guerra Mundial. Por meio do método abrangente proposto pela Escola de Copenhague, é possível analisar as relações intercoreanas a partir das percepções dos atores e do conflito político e ideológico que é realidade já há 70 anos, bem como as diferenças fundamentais nas retóricas nacionalistas pós-divisão apresentadas posteriormente e a dinâmica dos níveis de politização e securitização percebidos nas práticas políticas dos dois Estados na busca pela reunificação da Península Coreana (SON, 2015, pág. 46).

A análise de discurso evidencia a conexão entre a identidade, o nacionalismo e a prática política, partindo do princípio que os indivíduos constroem uma consciência coletiva que se traduz em uma narrativa nacionalista que rege os padrões de relacionamento entre Estados, a partir das concepções de si mesmos vs. os outros. Em razão da anarquia internacional e do princípio da soberania, conforme observado pelos principais autores da Escola de Copenhague e da Teoria da Securitização, a identidade pode se tornar um produto e uma justificativa de determinada ação política ou movimento de securitização, ao mesmo tempo (SON, 2015, págs. 47-48).

A construção de ameaças existenciais e de processos de securitização bem sucedidos tem como um dos principais objetos referenciais a identidade nacional, em que podem se observar três grandes distinções: o nacionalismo coreano pré-colonial, que preserva os elementos do altruísmo e do humanismo, sob o qual se construiu a noção do *ser coreano*; o paradigma conflituoso pós-divisão, que foca substancialmente nas diferenças ideológicas e políticas entre os regimes mutuamente excludentes, e visa a sobrevivência dos aparelhos estatais; e o nacionalismo pan-coreano, que enfatiza os elementos de coesão racial e identitária do povo coreano para reconstruir um ideal de comunidade e institucionalizar um padrão de ações conjuntas baseadas na cooperação e resolução pacífica dos conflitos (SON, 2015, pág. 50).

No caso observado na Península Coreana, estas percepções variam e dependem exclusivamente do grupo político que está no poder no sul da Península, visto que, a realidade da Coreia do Norte e o regime socialista possuem prerrogativas de altos índices de continuidade no padrão de relacionamento estabelecido com as suas contrapartes no sul, influenciando, dessa forma, as pautas passíveis de debate político, securitização e dessecuritização no que tangem às iniciativas conjuntas para a construção de um regime de paz permanente na região do Nordeste Asiático e em última instância, a unificação política das Coreias (SON, 2015, pág. 51).

Além disso, outro fenômeno perceptível no caso coreano é a preferência pela manutenção do *status quo* e a busca por uma unificação apenas superficial, isto é, que destaca as diferenças nos sistemas políticos e mantém um relativo grau de autonomia entre os atores envolvidos, por meio da coexistência e da preservação dos interesses da segurança nacional de cada um dos lados, que corrobora a divisão territorial e gera uma cadeia de incoerências no padrão das negociações intercoreanas para a reunificação, que representam entraves diretos para a institucionalização do regime de paz permanente e para o fim do conflito na Península Coreana (SON, 2015, págs. 56-57).

4.2. FERRAMENTAS DE CONSTRUÇÃO DA ANÁLISE

Para a construção da análise pretende-se usar o método de análise discursiva proposta pela Escola de Copenhague, bem como os conceitos-chave delineados no primeiro capítulo, de forma a identificar os padrões de interação entre as Coreias para avaliar em que grau se encontra a securitização ou dessecuritização das pautas apresentadas no capítulo anterior e o nível de comprometimento político entre os atores interessados para alcançar a reunificação política da Península Coreana.

4.2.1. A Relação entre a Securitização e o Processo de Construção de um Regime de Paz Permanente na Península Coreana

Nesta seção do capítulo, busca-se estabelecer uma relação entre as dinâmicas da securitização da pauta da reunificação coreana e o processo de construção de um regime de paz permanente na Península Coreana, de forma a compreender a relevância dos processos de securitização para a construção de um paradigma pacífico e a possibilidade do fim do conflito coreano.

O conceito de Construção da Paz (*peacebuilding*, em inglês), é uma noção pensada pelo teórico Johan Galtung, na área dos Estudos de Paz e Resolução de Conflitos considerando o cenário pós-Guerra Fria, em uma tentativa de abarcar realidades mais abrangentes do conceito de paz para além da concepção tradicional, que significava somente a ausência de conflito. Consiste em solucionar as causas estruturais para a existência de determinado confronto violento e a busca pela resolução pacífica de demandas, bem como, a institucionalização de esforços para um melhor relacionamento, através do incentivo à cooperação e à promoção de justiça social (KEMER *et al.*, pág. 139, 2016).

Observa-se que no cenário pós-Guerra Fria, o conceito de paz foi vinculado às virtudes liberais e democráticas ocidentais, que implica que as sociedades construídas

democraticamente tendem a ser mais pacíficas e prósperas no plano interno, e não entram em guerra entre si. Estes valores passaram a ser hegemônicos, e os processos de construção de paz contemporâneos buscam disseminá-los a todos os países, através de medidas que facilitam a democratização política e a liberalização econômica, que tem como finalidade a manutenção do modelo da paz liberal democrática ocidental. (KEMER *et al.*, pág. 140, 2016)

No entanto, esta abordagem liberal e universalista ocidental é vista de forma extremamente crítica, visto que, o processo da construção de paz contemporânea parte da premissa de que a abertura política, econômica e social aos moldes liberal-capitalistas é a única maneira possível de alcançar a paz duradoura e evitar o surgimento de novos conflitos, sendo, antes de tudo, uma imposição ideológica liderada pelo poder hegemônico através das instituições que regem o relacionamento entre os atores internacionais (KEMER *et al.*, pág. 142, 2016).

É importante levar em consideração tais críticas quando se analisam os eventuais fracassos dos processos de construção de paz, pois se desconsidera a dimensão ideológica por trás da prática política intrínseca ao desenvolvimento pleno de um regime pacífico, por muitas vezes os esforços hegemônicos em endossar o liberalismo político ocidental, ignoram as condições locais em diferentes aspectos, mostrando-se insuficiente para compreender as causas de determinado conflito, bem como, oferecer soluções permanentes aos conflitos, quando em detrimento de seus próprios interesses, demonstram desprezo pelos esforços locais (KEMER *et al.*, pág. 143, 2016).

Em vista disso, é perceptível que os diversos erros de ordem prática e conceitual nos processos de construção de paz representam o viés universalista ocidental com o qual se desenvolveram determinadas práticas nos estudos de paz e segurança, que impossibilitam a sua aplicação efetiva em realidades distintas, como a de sociedades orientais percebidas com estranheza no cenário internacional, visto que não há debates conceituais, teóricos e metodológicos capazes de lidar com os conflitos desta região, prolongados desde a era bipolar (KEMER *et al.*, págs. 145-146, 2016).

Como já explicitado anteriormente, o conflito coreano representa um grande conflito de interesses entre os principais envolvidos na dinâmica regional da segurança e da geopolítica, exatamente em torno do modelo a ser seguido para a construção de um regime pacífico permanente e o nível de comprometimento observado entre os atores na superação de expectativas na prática política, uma vez que se espera dos norte-coreanos a abertura política e econômica tida como um pré-requisito para o fim permanente do conflito, porém os norte-

coreanos percebem tal liberalização como uma perda política e ideológica em uma luta anti-hegemônica que já perdura por sete décadas.

As relações de securitização estabelecidas na região estão inerentemente ligadas aos interesses dos atores na institucionalização de um regime de paz permanente na Península Coreana, uma vez que, a preferência pela manutenção do *status quo* constrói a agenda de securitização dos principais envolvidos, levando em consideração a divergência de interesses e expectativas e a instabilidade regional faz com que haja pouco comprometimento em cumprir os acordos já estabelecidos, sedimentando, dessa forma, o paradigma do conflito.

4.2.2. O reconhecimento dos entraves para a reunificação

A princípio, é importante frisar que o relacionamento entre Coreia do Norte e Coreia do Sul pode ser analisado sob três grandes perspectivas: a de segurança militar, cujo objeto referencial é o Estado; a de segurança política, cujo objeto referencial é a legitimidade da força estatal, na forma de ideologia e soberania; e, pelo viés da segurança societal, cujo objeto referencial é a identidade nacional, a própria noção de nacionalismo construída por cada um dos Estados.

A construção do paradigma de conflito e ameaça persiste desde a divisão arbitrária que se consolidou com a Guerra Fria, e as dissidências político-ideológicas por muito tempo alimentaram uma percepção mutuamente excludente, na qual os governos se viam constantemente ameaçados pela existência um do outro, isso explica, portanto, o motivo da competição militar que levou à tentativa de reunificação armada em 1950.

A securitização do conflito da Península Coreana ocorreu da seguinte forma: para garantir a sobrevivência dos Estados sob a perspectiva militar, foi institucionalizada a competição econômica e tecnológica, que tinha por finalidade principal garantir a legitimidade dos sistemas de governo, e culminou nas diversas tensões e conflitos armados diretos; já para garantir a segurança da ideologia, o papel dos sistemas educacionais foi fundamental nos dois países, de forma que graças à ideologização das massas, o conflito foi sustentado pela lógica dicotômica e excludente dos dois regimes; o nacionalismo foi outra ferramenta essencial na perpetração do paradigma de conflito, por meio das adaptações que sofreram no decorrer destes 70 anos a partir das experiências distintas em cada uma das Coreias.

Os atos de fala, e movimentos de securitização, como explicitados no capítulo anterior, se originam de uma guinada de ideologização patrocinada pelas superpotências, e a Guerra Fria foi a razão de o confronto ter se estendido por tanto tempo, pois as superpotências

escolheram perpetuar a divisão do território pela satisfação de interesses próprios que desconsideraram os esforços dos coreanos.

Os atores securitizadores são os governantes, é notável que a percepção da Coreia do Norte enquanto ameaça existencial aos sul-coreanos vem daqueles considerados conservadores, que possuem uma abordagem mais tradicional e resguardada para com os norte-coreanos, por isso também é perceptível o grau de dessecuritização que ocorre na Península Coreana desde a ascensão de governos progressistas e democráticos, uma realidade dos últimos 20 anos.

Os cidadãos comuns podem ser classificados como os atores funcionais, devido à sua grande capacidade de mobilização da máquina pública desde a democratização, e principalmente é necessário trazer os interesses dos conglomerados industriais sul-coreanos em uma eventual abertura política dos norte-coreanos e por esse motivo, esses atores incentivam de forma direta e indireta a dessecuritização da cooperação intercoreana, pois os ganhos econômicos a ambos são exponenciais, o que reduziria os custos reais da unificação política.

Entretanto, percebe-se que graças à dominância do poder executivo nessas relações, a capacidade da influência da sociedade civil e da aristocracia é relativamente muito baixa para sustentar este apoio por períodos muito extensos, o que acaba fazendo com que a população em geral se torne apática aos avanços que ocorrem no relacionamento entre as Coreias, devido à instabilidade política e a falta de continuidade que representa um dos principais entraves para a reunificação da Península Coreana.

É perceptível o status das negociações para a reunificação da Península Coreana como politizados, pois existem as iniciativas em criar pautas comuns e políticas públicas, no entanto há pouco comprometimento entre os atores envolvidos para de fato institucionalizar na prática política as pautas que foram tratadas em conjunto, em razão da nuclearização da Coreia do Norte e a percepção negativa dos atores regionais, que constitui ainda um paradigma de securitização.

Outro dos principais empecilhos existentes nesta dinâmica é a resistência dos padrões de geopolítica e segurança tradicionais, que são caracterizados pelo *overlay*, isto é, para institucionalizar formalmente a criação de um regime pacífico na região é necessário que os interesses coreanos se encontrem com os interesses dos norte-americanos, dos chineses, dos japoneses e dos russos para que todas as partes interessadas se comprometam conjuntamente em favor deste objetivo.

Sem dúvidas a insistência dos governantes no relacionamento pacífico e nos arranjos cooperativos comuns é um passo para a superação dos vãos sociais, identitários, culturais, econômicos, políticos e ideológicos criados em consequência da divisão arbitrária, e deve continuar sendo no futuro uma via facilitadora do processo de dessecuritização do relacionamento entre as Coreias que ocorre lentamente.

Considerando todos os fatores aqui analisados, é importante observar como as Coreias ainda necessitam superar uma série de desafios que estão além de seu controle, devido aos avanços recentes, é seguro afirmar o fim do armistício está próximo, no entanto, enquanto as grandes potências favorecerem a manutenção do *status quo* em detrimento da criação do regime de paz permanente, a conjuntura nos níveis regionais e globais permanecerão as mesmas, e por isso, não é possível prever quais serão os próximos passos para a implementação de toda a estrutura política comum que foi acordada entre as Coreias e as grandes potências ao decorrer dos últimos 70 anos.

Neste capítulo, foram apresentadas considerações acerca da função da linguagem no exercício da política e a maneira como se construíram as retóricas nacionalistas na Coreia pós-divisão, que foram de suma importância para garantir a perpetuação do confronto político ideológico. Ademais, foram acrescentadas análises dos elementos e padrões da securitização do relacionamento intercoreano de forma a reconhecer a natureza dos empecilhos políticos, econômicos, ideológicos e identitários que impedem a criação efetiva de um regime de paz permanente e da institucionalização do fim do armistício da Guerra da Coreia com a finalidade última de buscar a reunificação política da Península Coreana.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de pesquisa partiu de uma reflexão que busca entender a origem dos entraves observados no processo de negociação entre as Coreias para atingir a reunificação da Península, visto que, mesmo após de 70 anos, ainda não foi possível chegar a um consenso de interesses que envolvem não só as duas Coreias, mas também as grandes potências para a construção de um regime de paz efetivo e duradouro na região do Leste Asiático.

A abordagem histórica proposta neste trabalho evidenciou que o paradigma de relacionamento conflituoso entre as Coreias teve diversos altos e baixos influenciados pela dinâmica sistêmica das relações de segurança, que construiu e perpetuou arbitrariamente a divisão político-ideológica que caracteriza a Península Coreana, criando uma competição militar e econômica mutuamente excludente, que busca, sobretudo, a sobrevivência dos

Estados, processo que diminuiu substancialmente as chances concretas de uma reunificação pacífica, nesse sentido, a hipótese da pesquisa foi corroborada.

Observa-se que nos últimos 20 anos, ocorreram diversas tentativas de estabelecer um relacionamento pacífico através da criação de diversos arranjos cooperativos, e ambas as Coreias se comprometeram em estabelecer um arcabouço político comum para consolidar o fim do armistício de 1953, que estendeu a Guerra da Coreia e causou uma série de tensões militares diretas e indiretas ao longo destes 70 anos.

No entanto, é importante observar que existe uma série de entraves para além do controle dos coreanos, sobretudo, no que tange aos interesses das grandes potências que prezam pelo status quo em detrimento do comprometimento com os custos políticos reais necessários para a pacificação da região, que vai muito além de conflitos de ordem ideológica e identitária internas, mas que ainda preserva uma perspectiva bipolar, tradicional e sistêmica em que cada um dos atores envolvidos preza pelos próprios interesses, este fator acaba se adicionando às dissidências internas e representa um dos maiores entraves políticos para a reunificação da Península Coreana.

A análise fundamentada nos autores e teorias apreciadas mostrou que até o presente momento, não é possível definir com certeza o futuro da Península Coreana, porém, o que pode-se inferir do processo de pesquisa é que as mudanças recorrentes no cenário internacional contribuem para a dessecuritização das pautas negociadas entre os dois Estados, e em oportunidades recentes, foram possibilitadas a reabertura dos canais de diálogo e maiores chances de cooperação intercoreanas, o que pode vir a facilitar no futuro a institucionalização de políticas de reunificação da Península.

Buscou-se construir no presente trabalho científico, a partir da revisão bibliográfica e análise teórica, pensamento crítico garantindo a evolução da temática dentro da seara de Estudos de Segurança e Regimes e de Estudos Asiáticos no Brasil, em razão da relevância da abordagem deste objeto para as Relações Internacionais, considerando a carga histórica que o conflito intercoreano representa para as relações internacionais no continente asiático.

No decorrer do processo de construção do trabalho de pesquisa, as limitações encontradas foram a existência de abordagens enviesadas, entre uma série de dificuldades para compreender a realidade do povo coreano partindo de um ponto de vista ocidental em que pouca produção analítica, teórica e metodológica é feita por autores orientais nas Relações Internacionais; pouca produção do tema disponível em língua portuguesa e a defasagem de determinados recursos bibliográficos, que tornaram a produção da análise holística proposta no presente trabalho de pesquisa um tanto extensa e dispendiosa, para que

houvesse a possibilidade de compreensão dos fenômenos sociais pertinentes ao objeto de pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ABRAMS, A. B. *Immovable Object: North Korea's 70 Years at War with American Power*. Clarity Press, 782 p., 2020.
- ARMSTRONG, Charles K. *The North Korean Revolution (1945-1950)*. Cornell University Press, 288 p., 2004.
- BEDESKI, Robert. *The Transformation of South Korea: Reform and Reconstitution in the Sixth Republic Under Roh Tae-woo (1987-1992)*. Routledge, 214 p., 1994.
- BRITES, Pedro Vinícius Pereira. *A Dinâmica Regional de Segurança do Nordeste Asiático: uma releitura do Complexo Regional de Segurança*. 3º Seminário de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI). 16 p., 2016.
- BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **The evolution of International Security Studies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; DE WILDE, Jaap. **Security: a new framework for analysis**. Boulder: Lynne Renner, 1998.
- CHOI, Gyu-bin. *The Strategic Use of Positive Economic Incentives of the Kim Dae-jung and Roh Moo-hyun Governments*. *Journal of International & Strategic Studies*, vol. 1, n. 5, 57-68 pp., 2012.
- CUMINGS, Bruce. *Korea's Place in the Sun: a modern history*. W.W Norton, 644 p., 2005.
- EBERSTADT, Nicholas. *Hastening Korean Reunification*. *Foreign Affairs*, vol. 76, n. 2, 77-92 pp., 1997.
- HEO, Uk; YOON, Seong-gi. *South Korea in 2018: Summit Meetings for the Denuclearization of North Korea*. *Asian Survey*, vol. 59, n.1, 54-62 pp., 2019.
- HONG, Hyun-Woong. **American Foreign Policy Towards Korea, 1945-1950**. 2007. 280 p. Dissertation (Doctorate of Philosophy) - Faculty of the Graduate College of the Oklahoma State University, Oklahoma State University, Oklahoma City, 2008.
- HONG, Seuk-Ryule. *Reunification Issues and Civil Society in South Korea: the debates for social movement for reunification during the April Revolution Period, 1960-1961*. **The Journal of Asian Studies**, vol. 61, n. 4, 1237-1257 pp., nov. 2002.

- HURT, Michael. *The Shape of Korean National Ideology*. 2014. 185 p. Dissertação (Doutorado em Filosofia). Universidade da Califórnia, Berkeley, 2014.
- JAGER, Sheila Miyoshi. *The Politics of Identity: History, Nationalism and the Prospect for Peace in Post-Cold War East Asia*. Washington: Strategic Studies Institute. 62 p., 2007.
- KEMER, Thaíse et al. A construção da paz em um mundo em transformação: o debate e a crítica sobre o conceito de *peacebuilding*. *Revista de Sociologia e Política*, v. 24, n. 60, 137-150 pp., 2016.
- KIM, Byung-kook et al. *The Park Chung-Hee Era: The Transformation of South Korea*. Cambridge: Harvard University Press, 753 p., 2011.
- KIM, Chung-nam. The Roh Moo-hyun Government's Policy toward North Korea. *East-West Center Working Papers*, vol. 1, n. 11, 31 p., 2005.
- KIM, Dong-choon. The social grounds of anticommunism in South Korea: crisis of the ruling class and anticommunist reaction. *Asian Journal of German and European Studies*, ed. 2, n. 7, 2017.
- KIM, Il-sung. *10-Point Programme of the Great Unity of the Whole Nation for the Reunification of the Country*. Pyongyang: Foreign Language Publishing House, 5 p, 1993.
- KIM, Jong-il. *On The Juche Idea*. Pyongyang: Foreign Language Publishing House, 88p, 1982.
- KIM Jong-un. *Let Us Hasten Final Victory through a Revolutionary Ideological Offensive*. Pyongyang: Foreign Language Publishing House, 24 p, 2014.
- KING, Ross. Language and National Identity in the Korean Peninsula in SIMPSON, Andrew. *Language and National Identity in Asia*. Oxford University Press, 200-253 pp., 2008.
- LANKOV, Andrei. *The Real North Korea: Life and Politics in the Failed Stalinist Utopia*. New York: Orford University Press, 1 ed., 300 p., 2013.
- LEE, Jee-Hun. Reunification, Democratization and Education. **International Review of Education**: Amsterdam, Unesco Institute for Education, vol. 36, n.2, 159-169 p., 1990.
- LEE, Mary Deborah. *Reading Race: Post-Colonial Nationalism in Korea*. **Dissertation: Doctorate in Philosophy and Political Science**, University of Hawai'i, 235 pp., 2012.
- MA, Tong-Hui. Reunification of Korea is a Major Security Issue on the Korean Peninsula: The North Korean Perspective. *Institute for Security and Development Policy. Asia Paper*, 41 p., 2010.
- MATRAY, James Irving. *Korea Divided: the 38th Parallel and the Demilitarized Zone*. Philadelphia: Chelsea House Publishers, 1. ed., 177 pp., 2004.

- MOON, Chung-in. Between Principle and Pragmatism: what went wrong with the Lee Myung-bak Government's North Korean Policy? *Journal of International and Area Studies*, vol. 18, n. 2, 1-22 pp., 2011.
- MOON, Chung-in. *Korean Politics in an Historical Approach*. Seoul: Yonsei University Press, 30 p, 2018.
- MOON, Chung-in et al. *Understanding Korean Politics: an introduction*. State University of New York Press, 383 p., 2001.
- MOON, Chung-in. *The Sunshine Policy: in defense of Engagament as a path to peace in Korea*. Seoul: Yonsei University Press, 265 p, 2012.
- OBERDORFER, Don. *The two Koreas: a contemporary history*. Basic Books, 682 p., 2001.
- OLSEN, Edward. A. *Korean Nationalism in a Divided Nation: Challenges to US Policy*. *Pacific Focus*, vol. 23, n. 1, 4–21 pp., 2008.
- PARK, Kyung-Ae et al. *Korean Security Dynamics in Transition*. Palgrave Macmillan, 217 p., 2001.
- SHIN, Gi-wook; MOON, Rennie J. *North Korea in 2018: Kim's Summit Diplomacy*. *Asian Survey*, vol. 59, n.1, 35-43 pp., 2019.
- SON, Key-young. *South Korean Engagement Policies and North Korea: identities, norms and the Sunshine Policy*. Routledge. 267 p., 2006.
- SON, Sarah A. *Unity, Division and Ideational Security in the Korean Peninsula: Challenges to Overcoming the Korean Conflict*. **North Korean Review**, vol. 11, n. 2, 45-62 pp., 2015.
- VISENTINI, Paulo et al. *A Revolução Coreana: o desconhecido socialismo Juche*. Fundação Editora Digital da Universidade Estadual de São Paulo, 152 p., 2018.
- WÆVER, Ole. *Securitization and Desecuritization* in LIPSCHUTZ et al. *On Security*. Columbia University Press, 250 p., 1995.
- WANG. Fei-Ling. *Joining the Major Powers for the Status Quo: China's Views and Policy on Korean Reunification*. *Pacific Affairs*, University Of British Columbia, v. 72, n. 2, p. 167-185, mar. 1999.
- YOON, Sang-hyun. *South Korea's Kim Young-sam Government: Political Agendas*. *Asian Survey*, vol. 36, n. 5, 511-522 pp., 1996.